

MARIA APARECIDA DA SILVA MACHADO

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE MARIA DA FÉ-MG

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

POUSO ALEGRE (MG)

2010

MARIA APARECIDA DA SILVA MACHADO

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE MARIA DA FÉ-MG

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Vale do Sapucaí como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem, sob a orientação da Prof^a Dra. Telma Domingues da Silva.

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

POUSO ALEGRE (MG)

2010

Dedico este trabalho à minha família, em especial à memória de minha mãe, a quem devo tudo o que conquistei, ao meu marido, meu grande incentivador, a meus filhos e netos, que são a razão de meu viver, a meus irmãos e sobrinhos que sempre caminharam a meu lado, à comunidade de Maria da Fé, minha cidade natal, da qual sinto muito orgulho em pertencer

AGRADECIMENTO

Ao finalizar esta etapa de estudos não poderia deixar de agradecer àqueles que tanto colaboraram comigo. Agradeço a minha orientadora Dra. Telma Domingues da Silva por me orientar e me capacitar, durante todo o curso, com paciência e dedicação. À professora e amiga Maria Magda Ribeiro pelo apoio técnico dado na finalização dos trabalhos da dissertação. A meus filhos Andréa e Adriano que me ajudaram na parte técnica do trabalho: digitação e tradução para o inglês. Ao meu marido Pedro Maurício pelo companheirismo em todos os momentos. Aos meus professores Dra. Eni Orlandi, Dra. Onice Payer, Dr. Lauro José Baldini que durante todo o curso me orientaram e me fizeram progredir ajudando-me a conhecer uma nova faceta da linguagem : a Análise do Discurso. A minha amiga de viagem e que se tornou uma amiga para sempre, Simone Rodrigues. Agradeço principalmente a Deus por me possibilitar fazer este curso dando-me força e saúde para vencer todas as dificuldades de mais uma parte de minha história.

MINAS QUE CARREGO COMIGO

*“Meu amor por Minas está instalado
No fundo da minha alma como uma metáfora
Ele imprimiu em mim marca indelével
E foi dilatando a minha emoção.
Faz-me bem ser mineira montanhosa.
Sinto orgulho de minha origem.
Como mineira carrego passaporte de emoções.
Sou mineira até nas entrelinhas.
Não fujo da minha mineirice.
Não perdi meu sotaque de Minas!”*

Maria do Carmo Silva Soares

RESUMO

Este estudo busca compreender o contexto em que o discurso patrimonial foi construído, sobretudo, refletindo sobre a situação histórica e cultural de Maria da Fé-MG, analisado a luz das teorias de Le Goff (1994), Choay (2006), Orlandi (2007) e Pêcheux (1988) e seus efeitos no sentido do discurso. O objetivo principal é compreender o silenciamento de determinados grupos e as memórias desses grupos, a partir de transformações das relações de poder que se sucederam através da história do povo mariense. Busca-se demonstrar que os discursos também foram se modificando e dando voz e vez a outros grupos, revezando a memória coletiva, de acordo com seu domínio político e ideológico. Por conseguinte, estes grupos projetaram a memória coletiva do seu grupo nos bens patrimoniais históricos e culturais. A análise objetivou captar as percepções que os moradores têm frente aos processos de representação da história oficial, ao tipo de “leitura” de seus monumentos e as figuras de poder com as quais costumam se identificar. Busca-se ainda verificar os acontecimentos da memória coletiva que povoam o coração e a mente dos entrevistados, à medida que reconhecem a relação dos “bens patrimoniais” aos acontecimentos significativos para o grupo.

ABSTRACT

This study aims to understand the context in which the patrimonial speech was built, specially contemplating the historical and cultural position of Maria da Fé (southern Minas Gerais – Brazil) analyzed by using Le Goff (1994), Choay(2006), Orlandi(2007) and Pêcheux's(1998) theories and their effects on the speech direction. The main purpose is the understanding of how certain groups of people and their memories have disappeared through changes in the power relations that have taken place in Maria da Fé. It tries to prove that the speeches have been changing and other groups have taken over according to their political and ideologic domain. Therefore, these groups projected their collective memories in the public heritage. The analysis aimed to capture all the perceptions that the dwellers have towards the official history representation process, their own view of the monuments and the political characters that they may identify themselves. It also searches to find out the events of collective memory that live in the heart and mind of the interviewees as they recognize the relation of patrimonial heritage to the group's important events.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. HISTÓRICO DE MARIA DA FÉ.....	12
1.1 Início do povoado	12
1.2 As questões do poder local	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Pecheux.....	20
2.2 Le Goff	21
3. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	27
3.1 Monumento e Patrimônio Histórico	27
3.2 Patrimônio e Memória	30
4. – MEMÓRIA NAS CONSTRUÇÕES DE MARIA DA FÉ.....	36
4.1 Casarão da família Arlindo Zaroni.....	38
4.2 Casarão da antiga sede do Banco de Itajubá	40
4.3 Estação Ferroviária – atual Centro Cultural	42
4.4 Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes	44
4.5 Escola Municipal Arlindo Zaroni	46
4.6 Locomotiva “Maria Fumaça”	48
4.7 Análise das Entrevistas	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
Anexo 1 – Inventário Patrimonial.....	I.
Anexo 2 – Modelo de ficha de inventário.....	II.
Anexo 3 – Casarões.....	III
Anexo 4 – Entrevistas	IV

INTRODUÇÃO

Tendo participado como Secretária de Cultura em Maria da Fé, de um processo de identificação e tombamento de edifícios para a preservação da memória da cidade, procurei abordar sobre a linguagem enquanto discurso de preservação, tendo como referência os bens patrimoniais da cidade. O objetivo foi refletir sobre o tipo de discurso presente em diferentes aspectos na história e na memória coletiva de determinado grupo social.

Numa perspectiva metodológica, o estudo busca compreender o contexto em que o discurso foi construído, sobretudo, refletindo sobre a situação do patrimônio histórico e cultural de Maria da Fé, analisado pelas teorias de Le Goff (1994), Choay (2006), Orlandi (2007) e Pecheux (1988) e seus efeitos no sentido do discurso.

O estudo busca, principalmente, compreender “o silenciamento de determinados grupos e as memórias desses grupos” (OLIVEIRA,2008), ou seja, a partir de transformações das relações de poder que se sucederam através da história do povo mariense. Percebe-se que os discursos também foram se modificando e dando voz e vez a outros grupos, revezando a memória coletiva, de acordo com seu domínio político e ideológico. Por conseguinte, estes grupos projetaram a memória coletiva do seu grupo nos monumentos, nas praças e em todos os bens patrimoniais.

Aprofundar nessa análise é recorrer aos conceitos de memória e história e perceber que cada grupo produz um determinado tipo de discurso em relação aos acontecimentos históricos, midiáticos e culturais que são inscritos ou não na memória coletiva. O pensamento de Le Goff (1994) e de outros autores citados veio estabelecer um novo tipo de memória mais popular e democrática, presente na memória urbana e rural, que necessita de uma revisão teórica para definir onde estão esses “lugares de memória” e a qual discurso de preservação é passível de ser identificado.

Foram utilizados dados de pesquisa realizada em Maria da Fé (MG), que objetivou captar as percepções que os moradores têm frente aos processos de representação da história oficial. Ao analisar os bens patrimoniais, o presente trabalho busca enfatizar e discutir alguns aspectos relativos ao discurso que as pessoas fazem nos dias de hoje da sua própria história, o tipo de “leitura” de seus monumentos e as figuras de poder com as quais costumam se identificar. Busca-se ainda verificar os acontecimentos da memória coletiva que povoam o coração e a mente dos entrevistados, à medida que reconhecem a relação dos “bens patrimoniais” aos acontecimentos significativos para o grupo.

Para se chegar a algumas considerações e conclusões, foram considerados textos teóricos de diversos autores, inclusive textos e fragmentos de textos da própria localidade (livros, jornais, testemunhos, etc) que serviram para resgatar a memória individual e coletiva, na reelaboração do

real. O caráter singular de toda memória (mesmo coletiva) e a forma como esta sempre se reconstrói a partir do olhar do presente fez cada entrevista ter um significado muito próprio, vivo e rico, transcendendo os modelos pré-concebidos. Entretanto, há de se reconhecer que a memória coletiva tem uma dimensão e uma elaboração subjetiva, que a distingue, de forma bastante específica da história.

Procurou-se compreender discursivamente a história de Maria da Fé através de seus patrimônios (edifícios) e através de uma série de entrevistas com moradores da cidade, região urbana e rural.

Entre a história construída e a memória coletiva. Os objetos servem para indagarmos acerca das ausências, pois “(...) os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória” (Le GOFF, 1990, p.426)

Foram definidas cinco comunidades rurais nos bairros da Mata do Izidoro, Reserva, Lagoa, Goiabal e Posses. Em cada comunidade foram realizadas entrevistas com três de seus moradores, na faixa etária de 40 a 60 anos, de ambos os sexos, escolhidos aleatoriamente.

Para completar a amostragem foram entrevistados dois idealizadores da Cooperativa “Gente de Fibra”, onde se desenvolve o turismo sustentável, quando os visitantes adquirem produtos de artesanato, confeccionados à base de fibra de bananeira e papelão reciclado, com o intuito de conhecer as características desses empreendedores nesta nova fase projeção econômica de Maria da Fé.

Procurou-se também apreender os sentidos das falas para revelar e identificar os signos e os sentidos do mariense em relação ao patrimônio histórico, cultural e natural, entendendo-o como objeto simbólico e analisando-o pelas discursividades presentes. A técnica utilizada foi a entrevista qualitativa, que foi gravada e transcrita, tornando-se texto.

Para trabalhar os resultados da pesquisa considerei as respostas dos entrevistados em dois grupos: um grupo que viveu à época de uma Maria da Fé essencialmente agrícola, ou seja, quando os produtores e comerciantes de batata negociavam ativamente seus produtos, possuíam muitas propriedades no campo e gozavam de grande prestígio social e político no município. Outro grupo, mais jovem, que tem acompanhado a transformação da cidade em roteiro turístico, com a criação de mecanismos para motivar os moradores a atrair o turista para as propostas do turismo rural: espaço acolhedor das montanhas, o inverno mais rigoroso, a vivência da culinária típica e dos costumes da região e mais recentemente, pelo turismo sustentável.

Mostrar estes dois lados no processo de construção ou de produção da história e a reação que a realidade provocada no sujeito foram elementos que participaram da discussão central deste trabalho e serviram para um momento de reflexão que redundou em conclusões e considerações finais sobre a pesquisa realizada.

1 HISTÓRICO DE MARIA DA FÉ

A história de Maria da Fé aqui descrita tem como objetivo estabelecer este “lugar de memória” que, talvez, muitas das cidades pequenas não chegam a criar ou perceber. Estes espaços, nos quais age a institucionalização da memória e da identidade do cidadão fazem-se necessários para que o passado e a tradição sejam de fato representados e disponíveis ao uso de toda a sociedade e das futuras gerações.

Maria da Fé é uma cidade, situada no Sul de Minas e identificada como uma das mais frias da região. Sua temperatura no inverno chega a seis graus negativos. Cidade pequena, com uma história peculiar, patrimônios tradicionais que a caracterizam dentro do espaço do século XIX, e famílias tipicamente mineiras e também formadas por imigrantes italianos, portugueses e japoneses que nela desenvolveram lavouras de tomate, cenoura, batata e lavoura frutífera. Estas características fizeram de Maria da Fé uma cidade conhecida pela sua produção. Sua posição privilegiada sempre atraiu turistas devido ao seu excelente clima: a temperatura, média anual é de dezessete graus centígrados. (EPAMIG, 2009).

1.1 O início do povoado

O povoamento da região, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) deu-se no início do século XIX, entre os anos 1805 a 1815, quando os fazendeiros José Rodrigues Braga e Maria da Fé de São Bernardo estabeleceram-se no local.

Por volta de 1850, uma série de fazendeiros comprou, vendeu, herdou, doou e subdividiu a fazenda. Essa diversificação no povoamento originou o distrito com o nome de Campos de Maria da Fé, criado a 27 de junho de 1859, pela Lei Provincial nº 998, integrado à Vila de Cristina. Posteriormente, em 1884, a Lei Provincial transfere o distrito de Campos de Maria da Fé para o município de Pedra Branca, atual Pedralva.

No final do século XIX, segundo alguns registros orais e outros presentes no jornal *O Mariense* (1954), o proprietário das terras conhecidas como Campos de Maria da Fé, José Braga falecera prematuramente, deixando sua senhora a cargo de todas as responsabilidades oriundas do cotidiano da época. Diante das referidas circunstâncias, Dona Maria da Fé dedicou-se, magistralmente, a um tipo de ofício até então pouco explorado pelas mulheres: as práticas agropecuárias, as quais exigiam bastante perspicácia por parte de seus administradores. Interessante destacar que a imagem da fazendeira acabou por representar as próprias matrizes desse município mineiro. Antes mesmo de completar um século de sua chegada na região, várias narrativas veicularam-se em torno de Dona Maria da Fé, sendo o conhecido Dr. Fausto Ferraz

(O MARIENSE, 1955), um dos seus principais precursores. Este homem, na ocasião da inauguração da Estação Ferroviária nos idos de 1891, proferiu um discurso emblemático no qual a figura de Maria da Fé emergia como mulher enérgica, corajosa e pioneira.

Um exemplo significativo que atesta a existência de Dona Maria da Fé na região consiste na certidão de casamento encontrada, recentemente, por pesquisadores interessados na história do município; dessa forma, muitas incertezas oriundas das memórias orais acabaram por serem esclarecidas por esse tipo de documentação. Eis alguns dos trechos dessa declaração oficial:

Aos vinte e cinco de fevereiro de mil setecentos setenta e oito, quase meio dia ,fiz y proclamey, na forma do Concílio de Trento, e (...) impedimento algum, nezta igreja de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá ,precedendo o Sacramento da paniténica, com licença do Mº Reverendo Doutor Vigário da Vara do (...)em presença (...) Joseph Rodrigues Bueno e Nome Vigário (...) testemunhey abayxo asignada, (...) em face da igreja, por Marido e Mulher por palavra de presente Joseph Rodrigues Braga com Maria da Fé de Sam Bernardo (Certidão de casamento de D.Maria da Fé- 25/ 02/ 1778)

Através deste excerto, pode-se averiguar que a data do casamento coincide com os conteúdos dos relatos orais: a época da chegada do casal de fazendeiros na região chamada Campos fora justamente, em finais do século XVIII. Além disso, a celebração do matrimônio aconteceu nas imediações do atual município, evento este que viabilizaria a instalação definitiva de José Rodrigues Braga e de Dona Maria da Fé naquele local. As informações mais dignas atualmente de crédito, porque se basearam em arquivos paroquiais, escrituras antigas e outros registros de segura comprovação documental, foram do genealogista Dr. José Guimarães, de Ouro Fino (MG), consagrado historiador (in: GUIMARÃES, 2001).

Um dos principais marcos da formação e do desenvolvimento de Maria da Fé veio com a construção da Estrada de Ferro do Sapucaí, mais tarde denominada Rede Mineira Viação e Rede Ferroviária Federal S/A, nos anos 1889 e 1890.

Situada numa área estratégica de entrecruzamento de diversos caminhos e rotas, logo se instalou a Estrada de Ferro Sapucaí (antiga Rede Mineira Viação), cujos principais objetivos residiam numa maior dinamização do interior brasileiro através da circulação de mercadorias e pessoas. As obras da incipiente linha iniciaram-se em Campos de Maria da Fé no ano de 1890; concomitantemente, surgem novas construções de residências e de estabelecimentos comerciais.

Para além de uma simples homenagem à fazendeira pioneira da região, a referida estação acabou por representar a matriz geradora da nova vila que surgia: a *Vila de Campos de Maria da Fé*. Pode-se inferir que a partir da utilização sistemática da linha férrea, o próprio cotidiano dos moradores apresentou significativas mudanças como: escolas, igrejas e pontos comerciais, as quais simbolizavam a nova fase de crescimento do antigo distrito. Articuladas a esse panorama

de prosperidade, as lavouras de batata despontavam como principais responsáveis pelo crescimento sócio econômico do município.

Em 27 de junho de 1891, Campos de Maria da Fé, que até então tinha sido, desde sua fundação, um pacato pouso de tropeiros, recebe a sua estação e o seu canal ferroviário. (...) Na festa de inauguração, o arraial é visitado por várias personalidades políticas, entre elas o Sr. Fausto Silvestre Ferraz que faz um discurso rememorando a história de Maria da Fé e sugerindo que o nome da personagem histórica estampasse o prédio da estação recém inaugurada, antecipando assim o nome que seria dado ao município quando da sua emancipação, vinte anos depois da inauguração do trecho que atendia à localidade.

Maria da Fé foi reconhecida como cidade no dia 1º de Junho de 1912. A sede municipal permaneceria com o nome de Campos de Maria da Fé por mais vinte anos, e, somente em sete de setembro de 1923 a denominação passou a ser Maria da Fé, permanecendo até os dias atuais.

1.2 As questões do poder local

Até o início do século XIX, a cidade de Maria da Fé, como tantas outras cidades brasileiras tem na sua história ligada às questões de poder local. É como tão bem descreve Vítor Leal em seu texto “Coronelismo, enxada e vida” (FELDMAN-BIANCO, in: ARANTES, 1984), que enfatiza o papel das elites dominantes que são fenômenos do coronelismo com relações patrão/empregado, dominação/ exploração, lealdade/submissão.

Esse relato pode ser relacionado à história desta cidade em que havia uma rivalidade entre duas famílias poderosas, e que, no funcionamento discursivo, podemos compreender os diferentes sentidos porque se inscreviam em formações discursivas diferentes: na política se identificavam como PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional) PSD, líderes com poder de força e dinheiro; UDN partido de minoria, . As relações de dominação e subordinação tornavam-se muito evidentes para a população. Nesta política local, havia ainda o sujeito que ficava em posição passiva, sem vontade própria: “governo mudou, estou com o governo”. Fatos como este ficaram impregnados na memória desta cidade. Esta memória é significativa no relato da história vivida que justifica as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

No contexto deste estudo, a relação sobre história e poder local indica que a memória presente no patrimônio da cidade, através de bustos, nomes de praças, ruas e monumentos, quase sempre representa um grupo social dominante pela força do dinheiro e do prestígio. Outras pessoas são muitas vezes esquecidas, porque não pertencem ao grupo majoritário. Essa leitura leva ao estudo de casos particulares: de famílias poderosas que, com o passar do tempo,

deixaram de explorar a política local, deixando de lado o mandonismo, e a sociedade se transformou como história ou como memória.

Através da reconstrução de trajetórias da vida e dos pequenos detalhes que fizeram parte do contexto social e cultural dos diferentes períodos do tempo investigados, pode-se avaliar os meios pelos quais diferentes gerações de líderes locais usaram aquela cidade como um domínio de poder (FELDMAN-BIANCO, in ARANTES, 1984).

Tal como narra o autor acima, Maria da Fé também seguiu esta mesma trajetória: diferentes gerações de líderes locais usaram a cidade como domínio de poder. Mais tarde, com a valorização da batata, a cidade passou a ter uma vida própria, enriquecendo muitos homens do campo que se dedicavam a este tipo de lavoura. A palavra “poder” passou a ter novo significado: poder de compra, de posição social e política, de viagens e de desenvolvimento do comércio local. O município teve de se reformular: pessoas do meio rural passaram a freqüentar escolas, houve um crescimento da área urbana, a compra ou construção de residências na cidade. Muitos fazendeiros passaram a ter casas no campo e na cidade, participavam da sociedade local, em especial das festas, dos movimentos religiosos e políticos.

Difundiou-se um novo discurso, até então desconhecido. A cidade iniciou uma série de obras infra-estruturais, cujos principais aspectos objetivaram dinamizar os serviços de atendimento à população: aberturas de ruas e novas estradas; construções de praças e jardins públicos; instalações do sistema de água e eletricidade; formação de grupos escolares e colégios ginasiais; Construção da capela de Nossa Senhora de Lourdes e, mais tarde, a construção da Matriz de Nossa Senhora de Lourdes (1928 a 1933), decorada pelos irmãos Pietro Gentilli e Ulderico Gentilli de 1938 a 1940; Construção de um novo prédio para prefeitura. (1970) ; Em 1940 a construção da Casa Paroquial. (Revista Centenário da Paróquia p.8) Essas e outras realizações acabaram por representar significativas mudanças em Maria da Fé.

No início dos anos 50, o ritmo do desenvolvimento também atingia Maria da Fé. Segundo o jornalzinho “O Mariense”, de 06/12/1953, “A cidade estava quase toda calçada, possuindo ótima iluminação, perfeita rede de esgotos, água potável com abundância, agora com a abertura de novas ruas e aos poucos vão aparecendo novas construções (p.3). Em outra reportagem, na mesma edição, o deputado Euclides Cintra intercedia junto ao governo federal, pela construção de uma estrada de rodagem que ligasse Maria da Fé à Rodovia São Lourenço-Itajubá, em razão da grande produtividade de batata, cenoura, cebola, marmelo, pêsego, milho e feijão do município, que exigia pronta e rápida exportação.

A partir de 1990, houve uma crise: a cultura da batata, principal fonte de renda e trabalho do município começou a sofrer com a concorrência de outros lugares. O plantio em terrenos planos, com sistema mecanizado que exigia pouca mão-de-obra humana fez com que barateasse

o custo do produto e, com isto, a produção de batata pelo sistema tradicional (como era o caso de Maria da Fé) sofreu um violento revés, que causou rápido empobrecimento da população. O lavrador mariense, que praticamente vivia da monocultura da batata, teve de buscar outras fontes de renda para o sustento de sua família.

Diante deste quadro, a comunidade procurava encontrar novas e diferentes saídas para a crise econômica. Ao final de 1996, em uma reunião com a presença de coordenadores do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), foi sugerida a implantação de um projeto de desenvolvimento do turismo, que naquele momento, porém, não foi viável porque o Prefeito estava ao término do seu mandato. Em 1997, com a entrada de um novo governo e a criação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, o SEBRAE foi novamente solicitado. Implantou-se, então, o Projeto Piloto de Turismo Rural em Maria da Fé.

O desenvolvimento desta atividade turística foi ao encontro dos desejos e das necessidades de novos grupos sociais dentro da comunidade. Houve uma situação de mudança da política econômica: o investimento no produto agrícola transferiu-se para o investimento no produto turístico. Para isso foi necessário encontrar produtos que se identificassem com as novas perspectivas de desenvolvimento. Prefeitura, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, moradores, produtores rurais, SEBRAE, todos esses segmentos da sociedade foram chamados a participar. Várias ações despontaram: Parceria com a Prefeitura municipal, integração com a Secretaria de Cultura e Turismo, criação dos conselhos de cultura e de turismo, participação dos comerciantes locais dos proprietários rurais.

Buscava-se descobrir o potencial do município seja na culinária, no artesanato, nas atrações turísticas, na natureza e no clima ameno da região. Após diversas discussões o turismo rural surgiu como alternativa econômica, constituindo-se uma nova identidade para o município. Surgiram várias oficinas de artesanato com produtos criados com fibra de bananeira, com desenhos que identificavam-se com os traçados da praça antiga da matriz, barrados e piso da Igreja Matriz.

O projeto Piloto de Turismo Rural de Maria da Fé (SEBRAE, 2005) mudou a cara do município. Mexeu com o imaginário das pessoas desse ambiente, produzindo uma nova discursividade: a existência de um patrimônio que serve de referência à memória de um povo simples e trabalhador: o artesão. Estes fatos foram marcantes em nossa história, pois eles nos mostram que uma cidade pode mudar sua trajetória, crescer sem perder suas principais características.

Neste sentido, percebe-se que a valorização dos traços identitários entre a cidade e seus moradores conformou uma série de re-significações em torno da própria história de Maria da Fé. Os cidadãos passaram a se compreender como atores da vida social, responsáveis pelas reconstruções em torno do universo de significados que esse município mineiro consegue suscitar. No entrecruzamento das várias histórias, o passado

e o presente de Maria da Fé revelam-se como portadores de múltiplas possibilidades das memórias marienses...” (Processo de Tombamento do Casarão da antiga sede do Banco de Itajubá, 2003)

O desenvolvimento da atividade turística partiu de um planejamento coerente com os desejos e as necessidades da comunidade. Maria da Fé pela sua memória rural, sua relação com o campo, tornou-se um alvo para o desenvolvimento deste projeto. A população, os proprietários das fazendas assumiram definitivamente o Turismo Rural como uma das metas de sua atividade econômica, gerando emprego e renda para o cidadão, sem que para isto tivessem que abandonar o campo. Em uma das reuniões feitas pelo SEBRAE para discutir sobre o artesanato como alternativa econômica para a crise agrícola, o artista plástico Domingos Tótorá estava presente e demonstrou uma técnica criada com fibras de bananeira e que gostaria de desenvolver com algumas pessoas em Maria da Fé. Depois desta reunião, ele e mais seis senhoras deram andamento a um projeto que hoje conhecemos como Oficina “Gente de Fibrá”.

Progressivamente, foram surgindo outras oficinas (Maria do Fuxico, Arte em Papel, Embalagens em Juta, Anjos da Terra, Terra e Luz e Arte em Fibrá). Com os cursos oferecidos pelo projeto, os artesãos se capacitaram e seus produtos passaram a ser comercializados nacionalmente tendo a necessidade de documentos fiscais, de onde nasceu a cooperativa em 26 de agosto de 1999 com a presença de vinte e oito cooperados.

Utilizadas como decorativas ou utilitárias, com um design moderno, as peças desenvolvidas pela Cooperativa atraem pela simplicidade e beleza natural. Para fazer as peças, Domingos Tótorá e seus artesãos empregam uma massa feita com mistura composta de fibras extraídas da bananeira (matéria prima descartada da colheita da banana), papel Kraft e ou papelão reciclado e pigmentos naturais extraídos da terra. Os artesãos criam o formato desejado e, para finalizar, utilizam um tipo de cola especial. Tudo é natural e ecológico. A empresa, portanto, agrega valor ao utilizar materiais reciclados e possibilitar uma melhoria no meio ambiente. Com isso, a “Gente de Fibrá” é uma eficaz ferramenta para otimização da imagem institucional do artesanato de Maria da Fé. Agregado a este trabalho há uma grande divulgação do turismo mariense, o reconhecimento público e o respeito dos associados.

Segundo a Revista *Passo a Passo* (2007), o projeto Piloto de Turismo Rural de Maria da Fé mudou a cara do município, mexeu com o imaginário das pessoas desse ambiente, produzindo uma nova discursividade: “sujeito rural diferente de sujeito caipira” (Revista *Passo a Passo* p.13); sujeito rural orgulhoso de possuir um espaço onde o turista se sente bem e é tratado sem artificialidade, mas com a sinceridade do homem rural mineiro. O discurso de mercado (SEBRAE) trouxe um novo impulso para o mariense: com o empreendimento turístico, novos comportamentos e valorização da cultura local.

O espaço rural na cidade de Maria da Fé sofreu algumas alterações, com a presença do sujeito urbano. No confronto entre os discursos urbano e rural vieram as alterações no espaço rural para receber o turista. O sujeito fazendeiro teria de sair de sua rotina, muitas vezes, para acompanhar o turista a fim de que ele, o turista presenciasse os trabalhos de uma fazenda: ordenha de vacas, plantio de várias culturas, regar plantas. O sujeito rural não estava habituado a demonstrar como era o seu trabalho. O que eram “alterações” para o sujeito rural, talvez não fosse entendido da mesma forma pelo sujeito urbano. Temos aqui uma mesma expressão, que pode ter significados ou sentidos diferentes. Para o sujeito rural as alterações significariam mudanças no seu modo de vida ao acolher o sujeito urbano em sua casa, as acomodações nos quartos, banheiros individualizados e até a linguagem rural é diferente. Para o sujeito urbano as alterações seriam conviver com as diferenças culturais no contato com o ambiente rural.

Uma relação centrada no discurso do cotidiano, no contato entre segmentos culturais diferentes. Para isso havia a necessidade de um suporte para se trabalhar essas diferenças. Foram formados vários grupos para discutir e ajustar as ações a serem tomadas. Dentre as ações e/ou atividades propostas destacaram-se o bom acolhimento aos turistas, a capacidade no espaço físico, passeios agradáveis no campo, o contato com a natureza em lugares repousantes.

As fazendas e a cidade investiram no sentido de significar para o turista uma imagem a ser vendida, dando às destinações turísticas, uma atenção maior: à sua infra-estrutura, à atratividade local e às atividades a fim de chamar o turista. O discurso ambiental tornou-se importante para realçar o espaço turístico, o qual fica mais valorizado quando associado a paisagens naturais preservadas.

Para possibilitar o desenvolvimento deste tipo de turismo foram levados em consideração diversos aspectos como: a administração, a valorização e educação do patrimônio urbano e rural. O espaço rural foi utilizado como forma de entretenimento ao turista, com passeios ao ar livre, com acompanhamento de um guia, Tanto a cidade como o campo colheriam os benefícios dessa relação, uma vez que deles advém uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Ao fazer a ligação entre patrimônio cultural e o turismo rural, tornou-se necessário recuperar a história local por meio da memória coletiva, de onde se obtiveram as histórias de vida, os “causos”, as receitas da culinária típica da região, os relatos de costumes antigos e modernos, enfim, uma série de depoimentos daqueles que testemunharam as mudanças no tempo. O discurso de cada grupo é a memória coletiva preservada. Trata-se de um processo permanente, de um trabalho centrado na valorização do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de interesse individual e coletivo.

A partir de então, o mariense passou a ter FÉ no turismo e não só no nome (Maria da Fé). O clima ameno das montanhas, as belas paisagens, o jeito simples das pessoas, tudo contribuiu

para estabelecer um novo olhar para as raízes da cidade e encher de orgulho seus habitantes. Aos poucos foi se estabelecendo uma nova identidade do mariense com sua terra: alternativa econômica para os empreendedores, opção para os visitantes e antigos moradores (muitos deles aposentados que retornaram às suas origens).

O patrimônio cultural, nesse sentido de “tradição”, “legado” é um processo dinâmico transmitido de geração a geração, que se valoriza com os mais antigos e se recria no cotidiano do presente. Reconhecer que todos os povos produzem um patrimônio e que cada um tem uma forma diferente de se expressar e aceitar a diversidade cultural nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico e da memória coletiva, reconhecendo que não existem acontecimentos mais ou menos importantes do que outros, mas o significado que determinado acontecimento tem na vida de um grupo. No próximo capítulo veremos as colocações de Pecheux e Le Goff a respeito desse assunto.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A política patrimonialista em que se exerce o tombamento de edifícios implica em compreender a arquitetura como uma materialidade portadora de memória e os edifícios tombados como significantes de/para uma memória social. A valorização e o conhecimento da nossa memória, constituída através do patrimônio, nos ajuda a combater o poder econômico dos setores dominantes da nossa sociedade, que se caracteriza por ser elitista e excludente, pois é uma memória do poder, sem nenhuma relação com a nossa identidade histórico-cultural. De acordo com Marilena Chauí (in Almeida, 1998, p. 71-72) “*a sociedade capitalista desarma (...) destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa*”, temos “necessidades vinculadas ao coração humano”, o que significa que é uma memória de resistência não só às pressões de mercado, mas às humilhações, na construção de novas identidades e novas leituras dos tempos em que vivemos. Neste capítulo apresentaremos as concepções de dois autores sobre memória: Michel Pêcheux (2007) e Jacques Le Goff (1994).

2.1 Pêcheux

Pêcheux em “O papel da Memória” (ACHARD, 2007) faz uma reflexão sobre memória imagem, discurso e lingüística. A memória, para o autor, tem sentidos diferenciados, abrangendo a memória mítica, a social e aquela construída pelo historiador. Observa que um acontecimento pode ser algo fugaz, que escapa à interpretação e, neste caso, a lingüística se valerá da “eficácia simbólica ou ‘significante’ da imagem” (p.51) para construir os fatos do seu discurso.

Segundo Pêcheux, a memória discursiva é a leitura de um acontecimento com seus “implícitos” associados que Achard (2007, p.52) denomina de “regularização”. No entanto, essa sequência pode ser substituída por um acontecimento discursivo novo, que traz agregado uma série de implícitos do acontecimento anterior. Como explica Pêcheux:

... o momento em que os ‘implícitos’ não são mais reconstrutíveis é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagem de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação. (p.53-54)

De onde se conclui que, por mais que uma análise seja igual a outra, a imagem guardada na memória já não é a mesma quando a evoco e, nestas circunstâncias, a memória também não é um reservatório de acontecimentos, mas “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (p.56). Portanto, a interpretação de um

acontecimento deve levar em conta o significado que o indivíduo dá a imagem recortada por implícitos na memória e na sua inserção dentro de um limite de espaço da história.

2.2 Le Goff

Le Goff é um historiador e em sua obra *História e Memória* apresenta as perspectivas diferentes em relação à concepção de memória, seu funcionamento em diversas épocas e a reflexão de diferentes autores sobre o assunto. Interessa-nos em especial a reflexão de Le Goff sobre a memória social. Para este autor o conceito de memória é crucial. Isto porque o seu texto é exclusivamente dedicado à memória tal como ela é entendida no campo científico global. A transformação do conceito de memória é explicada por Le Goff (1994, p.457) baseando-se nas cinco divisões da história feita por Leroi-Gourhan: “o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”.

Segundo Le Goff (1994), há sociedades de memória essencialmente oral; sociedades em fase de transição da oralidade à escrita e sociedades de memória essencialmente escrita. Na distinção entre as sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, o autor explica que este fato não significa que as civilizações detentoras da escrita tenham mais cultura e mais memória do que as dominadas pela oralidade. Le Goff (1994) destaca a “vitalidade da memória coletiva” em todas as sociedades, como uma forma de manter viva a tradição, a transmissão de conhecimentos, ofícios e mitologia. O que ocorre não é uma cultura menor entre os homens sem escrita, mas um jeito diferente de manter viva a memória, com “mais liberdade e mais possibilidades criativas” (p.430).

A partir da escrita, segundo Le Goff (1994), se desenvolveram duas formas de memória: das comemorações e dos documentos escritos. A primeira tem como objetivo “a celebração de um acontecimento memorável através de um monumento”, ou seja, a representação por imagens e inscrições de um fato a ser perpetuado na memória. A memória inserida nos documentos escritos permitiu o acúmulo de informações e a comunicação através do tempo e do espaço; a transposição da memória visual e auditiva para registros que podem ser reordenados e reestruturados.

Neste campo houve uma maior aproximação da memória com a linguagem, primeiro falada, depois escrita, o que possibilitou a retenção de informações que se estenderam além dos limites físicos do corpo e se manifestaram na memória coletiva, representada em diferentes formas. O momento de passagem da memória oral para a escrita não aconteceu ao mesmo tempo, assim também a forma escrita não se sobrepôs à oralidade, mas ambas permaneceram juntas na história e na passagem da memória individual para a coletiva.

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes, que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magiareligiosa (p. 431). Nas sociedades com escrita: as comemorações e os documentos-monumentos.

Para Le Goff (1994), o progresso e o desenvolvimento proporcionados pela escrita cresceram como suporte da memória social e/ou coletiva em vários momentos da História Antiga e na Idade Média, com maior ênfase a partir da revolução proporcionada pela invenção da imprensa no século XV e impulsionada pela Renascença no início da Idade Moderna (séc. XVI):

Até o aparecimento da imprensa, dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável e desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso ... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual: é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito [1964-65,PP.69-70].

Na Idade Média a memória é colocada no grande sistema da retórica. Nesta época, saber de cor é saber: os glossários, os léxicos, as listas de cidades, montanhas, rios, oceanos.... Os métodos mnemotécnicos; a retórica. Observa-se também que a memória antiga foi fortemente penetrada pela religião. No Antigo Testamento, o Deuteronômio, apela para o dever da recordação: “Guarda-te de esqueceres Yahweh teu Deus... Lembra-te de Yahweh...esqueces Yahweh...Yahweh te dá em herança, apagarás a recordação...” (LE GOFF, 1994, p.443). Observamos que as palavras: lembra-te, esqueces, recordação são palavras que se relacionam à memória cristã. O povo hebreu é o povo da memória por excelência. E há ainda em vários trechos citados em Yates 1996, p.44, referências à memória não são só como lembranças: “Chego aos campos e as vastas zonas da memória onde repousam os tesouros das inumeráveis imagens: quando estou lá dentro, evoco todas as imagens que quase são extraídas dos esconderijos mais secretos” (LE GOFF, 1994, p.445).

Como se pode perceber o autor não se refere somente à memória recordação. Yates escreveu que estas imagens cristãs se harmonizam com as grandes igrejas góticas nas quais se observa o peso simbólico da memória. Historicamente, o ensino cristão apresenta-se como memória de Jesus transmitida pelos apóstolos a seus sucessores. “O ensino cristão é memória, o culto cristão é comemoração” (p.445).

A memória torna-se um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual e coletiva, cuja busca era uma das atividades fundamentais do indivíduo. A memória coletiva não era somente uma conquista, mas também um instrumento de poder. Ao longo da história é possível observar uma luta das sociedades entre si para alcançar o poder e dominar uns aos outros, pelo uso da força ou da ideologia. Ao longo desse percurso, o exercício da manipulação consciente ou inconsciente de uma sociedade sobre a outra, se revela na memória do povo, onde se destacam “os esquecimentos e os silêncios, como mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

No final do século XII era comum inscrever e recomendar os nomes das pessoas benfeitoras da Igreja Cristã em um livro de memórias. A comemoração dos santos se confundia com a dos defuntos benfeitores. Outros, que se tornavam indignos eram publicamente condenados à excomunhão. “Todavia, a memória tinha um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia”. (LE GOFF, 1994, p.449).

Santo Tomás de Aquino, no século XIII, distingue memória e reminiscência. Baseando-se em Aristóteles e na linha do cristianismo do “homem interior” estabelece quatro regras mnemônicas, descritas pelo dominicano Giovanni da San Gimignano (LE GOFF, 1994, p.455): “Há quatro coisas que ajudam o homem a bem recordar. A primeira é que se disponha as coisas que se deseja recordar numa certa ordem. A segunda é que se atire a elas com paixão. A terceira consiste em as reportar a similitudes insólitas. A quarta consiste em as chamar com freqüentes meditações”. A memória era utilizada como auxiliar da prudência e aumento da sabedoria.

No século XVIII, conforme Leroi-Gourhan (apud LE GOFF, 1994), há o alargamento da memória coletiva com a publicação de enciclopédias, dicionários e a criação de arquivos e museus. A comemoração aos mortos, que havia recrudescido no início do século XVIII ressurgiu no período logo após a Revolução Francesa (1789) e a Guerra da Secessão (1776) nos Estados Unidos. Era uma forma dos conservadores e nacionalistas de escrever na memória os seus feitos, cujo ápice deu-se na Alemanha nazista e no fascismo da Itália.

Nas primeiras décadas do século XIX, estudos e pesquisas realizadas por Piaget e Inhelder sobre o funcionamento do cérebro permitiram relacionar a memória com as atividades perceptivo-cognitivas, obtendo-se as concepções recentes sobre os fenômenos da memória tanto no campo biológico como psicológico. Além disso, o fato da memória atualizar impressões e informações passadas possibilitou a relação entre memória e as ciências humanas e sociais.

Estes dois movimentos associados ao romantismo literário europeu impulsionaram a multiplicação de diversos instrumentos de suporte para a memória nacional: moedas, medalhas, selos de correio, arquivos, monumentos e museus.

No final do século XIX e início do século XX, mais duas manifestações foram importantes ou significativas para os progressos cada vez maiores da memória coletiva: o fim da Primeira Guerra Mundial, que levou a construção de monumentos aos mortos em combate e o aparecimento da fotografia que revolucionou a memória: multiplicando-a e democratizando-a. Ao lado disso, as investigações sobre a memória biológica permitiram descobrir a transmissão da “memória” de uma geração a outra, ou seja, a “memória da hereditariedade”, enquanto que as ciências sociais deram-se as mãos e possibilitam compreender a distinção entre memória e história.

O cânone realista do século XIX estava impregnado pela crença no progresso, na ciência e no discurso da objetividade, atribuindo à prática historiográfica o dever da objetividade científica e o apego ao documento. Inclusive a literatura, para ser levada a sério, precisava ser dissecada como um fato. A aproximação da memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das Ciências humanas e sociais a partir de 1950 se tornou fundamental para impulsionar os estudos bibliográficos.

No século XX, houve uma verdadeira revolução no desenvolvimento da memória coletiva, ou seja, o surgimento da memória eletrônica. “A memória (eletrônica) é uma das três operações fundamentais realizadas por um computador que pode ser decomposta em ‘escrita’, ‘memória’, ‘leitura’. Esta memória pode em certos casos ser ‘ilimitada’” (LE GOFF, 1994, p.468). Há o uso das calculadoras nos domínios das ciências sociais e, em particular, daquela em que a memória constitui, ao mesmo tempo, o material e o objeto: a História.

Le Goff (1994) aponta duas conseqüências importantes do uso da memória eletrônica: 1) O aumento da memória documental, arquivista: a formação de um banco de dados no campo das ciências sociais, sobretudo da história; 2) A influência da memória eletrônica em outros tipos de memória, como, por exemplo, a memória biológica, que resultou no desenvolvimento científico no campo da genética e da hereditariedade, e em outras ciências, como a filosofia, a literatura, a sociologia e a antropologia.

Para Pierre Nora (LE GOFF, 1994, p.473), antes destas transformações, história e memória se confundiam, até que uma “nova” história faz a revolução da memória coletiva:

História que fermenta a partir dos ‘lugares’ da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”.

Inaugura-se uma nova historiografia, como sustenta Nora, na qual são considerados fatos memoráveis diferentes da história tradicional. A oralidade manifesta-se também a partir de testemunhos presentes na história popular e operária, que dá novos contornos à memória

coletiva. A memória social domina todos os problemas da evolução humana e se torna essencial para dar identidade aos grupos e/ou para exercício do poder.

À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor. A análise realizada por Le Goff (1994) oferece à reflexão o reconhecimento de um outro conjunto de práticas com base mais popular. Assim como outros estudiosos do assunto, o autor aponta a história oral como um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitude.

Segundo Le Goff (1984), a problemática que situa o debate entre “memória coletiva” e o que se convencionou denominar de “metodologia histórica”, tal como Halbwachs, Le Goff estabelece uma distinção entre memória e história, no entanto, para Halbwachs (1990) a história é como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória) aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória. Le Goff (1984) vê algumas intersecções significativas entre história e memória. A análise do autor se baseia na relação da memória dos seus pais com a construção da sua consciência histórica repleta de significados: “Foi através da memória de meus pais – e mais ainda pelo contato com uma memória dos tempos da sua infância e da sua juventude que sobrevivia nos seus caracteres, nas suas idéias, nos seus comportamentos cotidianos – que se edificou em mim o sentido de duração, da continuidade histórica e, ao mesmo tempo, das rupturas” (LE GOFF, 1989, p.18.).

Para Le Goff, a memória dos seus pais foi um dos elementos constitutivos da sua visão histórica. Em outros termos, a memória contém elementos básicos para a construção de uma concepção histórica. No caso da memória coletiva, os pesquisadores das ciências sociais foram obrigados a repensar este novo cenário a partir muito mais do real concreto do que de definições apriorísticas. Como o próprio autor se expressa:

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 1984, p.46)

Para Le Goff (1994, p.477) cabe “aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”.

3-PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

3.1 Monumento e patrimônio históricos

Choay (2006), através de uma sequência histórica, nos leva a diferenciar “monumento homenagem” de “monumento histórico” e refletir sobre o significado atual de “patrimônio histórico” que abrange toda uma malha urbana: “casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades” (p.13). As edificações são para ele exemplos da evolução do conceito de patrimônio, que passou a englobar a arquitetura menor (construções privadas não monumentais), arquitetura vernacular (edifícios locais) e arquitetura industrial (usinas, estações, etc).

O autor cita vários monumentos europeus que, apesar dos protestos da população, desapareceram logo após a Segunda Guerra Mundial, seja porque não era o desejo da grande maioria, outras vezes porque tinham apenas uma função trivial (pavilhões suspensos de Napoleão III), ou porque os especialistas viam no monumento uma construção de “mau gosto”. Por sua vez, muitos artistas reivindicavam o direito de marcar com suas obras o espaço urbano, como seus predecessores haviam feito e, portanto, se achavam na condição de “modernizadores” do ambiente.

A questão do monumento histórico (e do patrimônio) extrapolou a Europa e atingiu os Estados Unidos, e outros países . Também foram combatidas e denunciadas as questões relacionadas ao patrimônio inflacionado: “custo de manutenção, inadequação aos usos atuais e paralisação de outros grandes projetos de organização do espaço urbano” (CHOAY, 2006, p.15). Para este autor, houve uma progressiva extinção da função memorial do monumento histórico. Ele menciona duas causas: 1. A substituição do ideal de memória pelo ideal de beleza ao designar as obras de artes, a partir do movimento renascentista, em oposição ao princípio de monumento para “avivar nos homens a memória de Deus” (p.20), cuja preocupação era a perfeição da obra e não a criatividade; 2.As novas formas de preservação e conservação do passado através da invenção e divulgação da imprensa, pelo uso da fotografia e, mais atualmente, pela memória eletrônica, que traduziu a história em imagem e som.

Choay (2006) descreve o monumento como “tudo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (p.18). E acrescenta: “A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória” (p.18). Logo, o passado evocado no patrimônio não é um passado qualquer, mas sim aquele que mantém e preserva a identidade daquela comunidade.

Atualmente, diz Choay (2006), o sentido de monumento é a beleza de um edifício ou a técnica e a modernidade de arrojadas linhas e estruturas. Para o autor o conceito de monumento aos mortos, de culto ao passado não têm mais lugar. Hoje esses monumentos são substituídos por técnicas mais eficientes, como a fotografia, para rememoração.

A.Riegel, citado por Choay (2006), vê outra diferença fundamental do monumento histórico criado e selecionado pelo historiador e pela arte que apresenta: “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração” (p.26). Ele é simplesmente selecionado pelo historiador dentre aqueles que representam a memória de um povo.

A questão do “valor” atribuído ao patrimônio também é discutido na obra de Choay (2006). Na França revolucionária (1789), os monumentos históricos possuíam um valor nacional, com os quais o povo se identificava pelo seu caráter afetivo, mas os monumentos destacavam-se também pelo seu valor cognitivo, pois eram “portadores de conhecimentos específicos e gerais.”(p.117). Tinham também um caráter educativo (pedagogia do civismo). Além disso, possuíam um valor econômico, pois serviam de modelos às indústrias e para atrair o turista. O valor artístico dos monumentos aparecia em último lugar. Para o autor, estes valores permaneceram até as primeiras décadas do século XIX.

A partir de 1820, segundo Choay (2006), com o advento da era industrial na Europa, destacaram-se momentos marcantes e significativos na história dos monumentos. Os historiadores da arte estudaram a arquitetura antiga pesquisando sua “cronologia, técnica, morfologia, gênese e fontes, sua decoração, constituída de afrescos, esculturas e vitrais, assim como sua iconografia” (p.129).

Ruskin, citado por Choay (2006), atribuiu à memória uma destinação e valores de monumento histórico. Para ele, os monumentos do presente foram definidos pelas gerações que os antecederam, logo, são dignos de reverência e por seus valores merecem ser conservados e protegidos. Rustin também enriqueceu o conceito de monumento histórico com a inclusão de conjuntos populares nos monumentos históricos, criticando especialistas que se interessavam somente por “palácios”.

A partir dessas questões o patrimônio ganhou uma legislação protetora e uma disciplina de conservação, instituindo-se uma nova fase na vida dos monumentos históricos na Europa, para atender as condições de proteção e restauração. “Querer e saber ‘tombar’ monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os ‘arquitetos dos monumentos históricos’, que o século XIX precisou inventar. (CHOAY, 2006, p.149).

Surgiram duas correntes teóricas no continente em defesa do patrimônio: a primeira, representada pelo arquiteto francês Viollet-le-Duc (1814-1879), de cunho racionalista, que dizia ter necessidade do conhecimento dos ensinamentos dos mestres antigos, mas não dispensava a utilização dos meios técnicos modernos. Desta corrente racionalista resultaram em obras de restauração cuja “historicidade do monumento fica relegada em função da reconstituição estilística”(SIMÃO, 2001, p.25), vinculando a arquitetura à função, ao programa e à estrutura. Vários países europeus adotaram este modo de preservar o patrimônio.

Outra corrente preocupava-se com as mesmas questões de Viollet-le-Duc. Liderada por John Ruskin (1818-1900), na Inglaterra, esta corrente culturalista, defendia a não intervenção nos monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimiriam um novo caráter à obra, tirando sua autenticidade. Sob essa ótica, a história e a condição atual devem ser maximamente respeitadas, admitindo-se somente intervenções de conservação (CHOUAY, 2006).

À teoria da corrente racionalista e culturalista foram incorporadas as idéias de Charles-Édouard Jeanneret (1887-1965), conhecido como *Le Corbusier*, um grande representante da arquitetura e do urbanismo francês. Segundo Le Corbusier, “as ruas estreitas e as referências ao passado deveriam tão somente persistir quando não incomodassem os ideais da modernidade” Em 1933, como resultado do IV Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos (IV CIAM), sob a coordenação de Le Corbusier e tendo como tema principal a cidade funcional foi elaborada a Carta de Atenas, documento que serviu de referência para a “sociedade do futuro”, o que implicava em romper com as estruturas sociais, econômicas, políticas e, principalmente, espaciais.

Segundo Chouay (2006), no entanto, até a década de 1960, o trabalho de conservação dos monumentos históricos visava os grandes edifícios religiosos e civis, na maioria das vezes fiel aos princípios de Viollet-le-Duc. Para o autor, houve um atraso em relação a considerar o monumento histórico como parte de um patrimônio urbano que também deveria ser preservado. Assim também o conceito de monumento não deveria ser separado do contexto das construções urbanas, obedecendo a critérios que são seguidos até hoje:

Admite-se, portanto, uma margem de intervenção limitada pelo respeito ao *ambiente*, esse espírito (histórico) dos lugares, materializado em configurações espaciais. Assim, tornam-se lícitas, recomendáveis ou mesmo necessárias, a reconstituição, desde que não seja enganosa, e sobretudo determinadas modalidades de demolição (CHOUAY, 2006, p.201)

A concepção do patrimônio se revestiu de novas idéias a partir da metade do século XX, simbolizadas na Convenção da UNESCO em 1972, quando monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentassem “um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência” seriam considerados objetos de proteção universal. Os

países que reconhecessem sua validade assumiriam obrigações relativas à “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações” (CHOUAY, 2006, p.208).

As contínuas descobertas arqueológicas das últimas décadas também contribuíram para estender o campo cronológico e conceitual dos monumentos, assim como a democratização do saber e o desenvolvimento da sociedade de lazer (turismo cultural), diferenciando e aumentando o público dos monumentos e patrimônio históricos. Estes se transformaram em valor econômico e cultural (saber e prazer), em empreendimento público e privado, em indústria do e para o turismo. A “valorização” do patrimônio se deu entre duas tendências: uma sob o signo do respeito pela referência que ele encerra, outra pelo signo da rentabilidade e do prestígio que poderiam proporcionar (CHOUAY, 2006).

Conservação e restauração, portanto, constituíram os fundamentos da valorização dos monumentos e patrimônios históricos. Entretanto, para Chouay (2006) são expressões ambíguas quando tomadas pelo caráter de “modernização”, pois as suas práticas podem não ser adequadas, quando assumem o sentido de subtrair o respeito dado ao patrimônio, de conversão em dinheiro (locações, publicidade) e reutilização, ou seja, a transformação do edifício em um espaço desfigurado, e de público restrito. Acrescente-se a tudo isso a especulação imobiliária, a reurbanização e as políticas de preservação ambiental que banalizam as etnias e culturas locais, atribuindo um valor social menor ao patrimônio.

Para Chouay (2006), há necessidade de se fazer uma conservação estratégica, ou seja, tomar algumas medidas de proteção ao patrimônio. Ele cita, por exemplo, o controle do fluxo dos visitantes de acordo com determinadas normas, redução dos dias e horas de visitas, limitação do número de entradas por dia, desviar a afluência de pessoas atraídas para determinados sítios ou edifícios famosos para lugares e circuitos menos conhecidos, entre outras.

3.2 Patrimônio e Memória

As considerações de Chouay (2006) explicam por que até pouco tempo atrás, o passado e suas referências materiais eram selecionados e agrupados no conceito de “patrimônio histórico e artístico”. Os critérios dessa seleção eram estabelecidos por órgãos oficiais ou profissionais das agências do patrimônio, sem nenhum vínculo com a sociedade na seleção e preservação dos seus bens culturais. Isso explica, em grande parte, a ocupação nos órgãos e agências de preservação histórica, de profissionais ligados às áreas de arquitetura.

A partir da segunda metade do século passado, as referências e objetos culturais foram gradativamente valorizados e revestidos de importância no sentido de garantir às pessoas a

referência do seu lugar. Esta mudança deu novo significado também à história e à memória do povo. Segundo Bittencourt (2002), entramos no contexto da cidadania cultural que prescreve o “direito à memória histórica”. Isto significa que “todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, a sua tradição, enfim, a sua história”.

Para Godoy (1985, in: BITTENCOURT, 2002), o “bem cultural” significa toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que “propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”.(p.132). Portanto, a memória se tornou ainda mais importante para esclarecer ao indivíduo o seu vínculo com sua própria história de vida, da sua cidade e do seu povo, e não somente com bens materiais, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação estatal, com uma memória que não lhe diz respeito. “Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção do seu *ethos* cultural e de sua cidadania”. (p.138)

Neste contexto, a noção de patrimônio e a prática de patrimonialização também identificam um determinado discurso cultural. É um discurso em que a “cultura” tem um sentido de “legado” ou “tradição”, e que os elementos da cultura são significados muitas vezes como *bens* (patrimônio). Para Le Goff (1996), a cultura, no sentido de “tradição”, “legado” é um processo dinâmico transmitido de geração a geração, que se aprende com os mais antigos e se recria no cotidiano do presente. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar e aceitar a diversidade cultural nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais ou menos importantes do que outras.

Diz Lowenthal (1998, in PEREGRINO, 2002), que a concepção de patrimônio deve ser revista no sentido de que há um excesso patrimonial na inserção dos bens materiais e imateriais que deveriam compor este conjunto. Segundo este autor, há uma dificuldade em explicitar precisamente o que é patrimônio como memória coletiva e a falsidade que se converteu o termo. Para Lowenthal (1998), o “patrimônio objetiva converter resíduos históricos em testemunhas que atestem nossas virtudes ancestrais” (p.1), isto significa que deve-se tomar muito cuidado para que um determinado bem cultural não se torne objeto ou produto conveniente às estruturas de poder constituídas ou simples adoração ao passado.

Segundo Peregrino (2002), são espaços de “dominação simbólica”, que se identificam apenas com sujeitos e grupos sociais dominantes da sociedade. Para ele, o patrimônio considerado como um bem cultural deve representar a pluralidade dos elementos que o constituem e fazer uma reflexão sobre os movimentos das memórias e identidades culturais de

diferentes sujeitos, que reconhecem e legitimam um determinado bem como representante do seu passado, mas em constante investimento no presente.

Como visto em Choay (2006), a perspectiva de entender o passado como um referencial para a construção do futuro é recente, quando foi garantido ao Estado o poder de intervenção sobre, principalmente, o patrimônio edificado (pedra e cal). A necessidade de legitimar a soberania sobre um determinado patrimônio cumpria inúmeras funções simbólicas como, por exemplo, o reforço à noção de cidadania, identificação dos limites do Estado e do seu alcance pedagógico, colocando-se a serviço da instrução dos cidadãos. Para Le Goff (in ALMEIDA, 1998, p.73): “A memória coletiva pode ser também a memória do poder, a memória enquadrada utilizada como forma de dominação, cujo objetivo é marcar o que deve ser lembrado e apagar o que deve esquecer”.

Para o autor, grande parte das constantes depredações e violações ao patrimônio histórico que ocorrem ou ocorreram durante anos, deve-se ao fato de que parte da população não se identifica (ou se identificava) com esse passado ou com uma memória que não lhe diz (dizia) respeito, e, portanto, não se acha(achava) responsável pela preservação dos bens culturais, uma vez que não é (foi) consultada sobre o que deve ser preservado ou não.

Le Goff nos chama a atenção para o fato de que, no senso comum, as pessoas pensam em memória como propriedade de conservar certas informações : “Memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas.”(LE GOFF, 1996, p.423) Este sentido de memória não é o que interessa ao historiador nem ao analista de discurso

Nora (in: LE GOFF, 1994) e Halbwachs, (in: DAVALLON, 2007) se colocam contrários à temporalidade linear da história, marcada por acontecimentos, construídos e disseminados na memória pela imposição do poder ou da historiografia oficial. Na concepção de Nora e de Davallon os “lugares de memória” vão se transformando em memória coletiva à medida que um acontecimento deixa o domínio “da insignificância” para ser reconstruído na consciência de um determinado grupo social.

No entanto, explica Halbwachs, (in DAVALLON, 2007), a memória coletiva apresenta duas evidências: “sua capacidade de conservar o passado e sua fragilidade devida ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros deste último” (p.25). Na visão do autor, isto permite acreditar que determinados objetos culturais (ou patrimoniais) podem não ser lugares de memória coletiva, enquanto que outros transcendem os seus espaços físicos de “acontecimento” para entrar de vez na história. Outras vezes, esses objetos representados de diferentes formas (documentos, monumentos, objetos de arte, etc), aos quais denominamos de “legado cultural”, podem ter um outro significado na memória social, não se prestando a

“testemunhar” ou a “comunicar” a verdadeira história. É o mesmo que Peregrino (2002) denomina de espaços de “dominação simbólica”.

Citando Halbwachs, Davallon (2007) lembra que um acontecimento mesmo registrado pode não fazer parte da memória social. O autor se refere a dimensão da *memória societal* quando dá-se o cruzamento da memória coletiva com a história. Neste caso, “o acontecimento se dará em um momento singular do tempo; mas a essência do ato se encontrará para sempre na própria estrutura do objeto que o representará (a emissão televisionada, por exemplo). Ele se tornará indissocialmente documento histórico e monumento de recordação” (p. 26-27).

Segundo Le Goff (1994), Nora diferenciava história de memória. Para ele a memória é algo afetivo, é vida, é atual porque está sempre em constante evolução, enquanto que a história é intelectual e necessita de “análise e discurso crítico”. Para fazer a memória coletiva, a história deverá seguir um caminho inverso, isto é, ir em busca dos verdadeiros lugares de memória: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades, experiências históricas ou de gerações movidas a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que eles fazem da memória”. (citado em LE GOFF, 1994, p. 473).

O pensamento de Nora se identifica com as palavras de Foucault (in: MASSENA, 2004, p.29):

(a história é) a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.

Para Bakhtin (in: BITTENCOURT, 2002) há um movimento dialógico com o objeto, que passa a existir não somente para si, mas para o outro. Neste sentido, toda obra possui um enunciado (uma razão para ser criada), que a torna particular e original. O enunciado remete a obra à sua história e é inseparável do autor. Compreender uma obra significa, portanto, compreender a linguagem dos signos, entender a obra numa linguagem conhecida e já compreendida compreender o enunciado.

Desta forma, pode-se deduzir que os documentos são obras humanas, não sendo possível lê-los ou compreendê-los como simples objetos ou coisas que exemplificam contextos. Os sujeitos falam através deles, no passado e no presente, em diferentes interpretações que podem ir além da realidade que o próprio autor vive ou viveu .Bakhtin (in BITTENCOURT 2002).

A memória discursiva ou a memória pela análise do discurso acrescenta novas maneiras de perceber o que já está explícito. Achard (in NUNES, 2007), visualiza uma “memória que não pode ser provada, não pode ser deduzida de um corpus, mas ela só trabalha ao ser reenquadrada por formulações, no discurso concreto em que nos encontramos”(intr.). Ele se refere ao que explica Pêcheux (in NUNES, 2007): “... o momento em que os ‘implícitos’ não são mais

reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagem de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação” (p.53-54).

Como se posiciona Orlandi (in BARRETO, 2007, p.2):

Estabeleço então que há dois movimentos (inseparáveis) na constituição do sujeito. Um primeiro movimento em que temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito histórica. Em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o que considero como processo de individualização do sujeito.

De onde se conclui que, por mais que uma análise (interpretação) seja igual a outra, a memória não é um reservatório de acontecimentos, mas “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PECHEUX, in: ACHARD, 2007,p.56). Portanto, a interpretação de um acontecimento deve levar em conta o significado que o indivíduo dá a imagem recortada por implícitos na memória e na sua inserção dentro de um limite de espaço da história. Os objetos presos na memória passam a ser vistos como portadores de significações. Como fala Orlandi:

A incompletude, a divisão, o político, o inconsciente, a ideologia, as diferenças são uma constante para quem aprende análise de discurso. Daí a teorizar a leitura e afirmar que o sentido pode ser outro é só um passo. O que sempre me atraiu, me seduziu na análise de discurso é que ela ensina a pensar, é que ela nos tira as certezas e o mundo fica mais amplo, menos sabido, mais desafiador. E pensar que o sentido pode ser sempre outro vai nessa direção. Daí a minha necessidade de distinguir inteligibilidade, interpretação e compreensão. Porque quem analisa não pode se contentar nem com a inteligibilidade nem com a interpretação. Para a inteligibilidade basta “saber” a língua que se fala. Para interpretar, o fazemos de nossa posição sujeito, determinados pela ideologia, nos reconhecemos nos sentidos que interpretamos. Mas para compreender é preciso teorizar. É preciso não só se reconhecer, mas fazer o esforço de conhecer. É aceitar que a linguagem não é propriedade privada. É social, é histórica. Não é transparente.(In: BARRETO, 2006, p.6-7)

As diferentes formas de memória acarretam diferenças no circuito constituição/formulação/circulação e também afetam a função-autor e o efeito leitor. Isto porque qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia.). Aliada a questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação, produz efeitos sob o modo como ela funciona. A natureza do significante (diferentes linguagens) intervém na produção do objeto e este objeto, por sua vez, constitui o modo de significação deste gesto simbólico.

Neste contexto, Orlandi (2007) distingue três tipos de memórias: a discursiva ou interdiscurso; a memória institucional (arquivo); e a memória metálica. A primeira, presente no

cotidiano, é aquela em que “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, in ACHARD, 2007), cujas lembranças ficam retidas em diferentes lugares, conforme as sensações individuais. A memória institucional ou de arquivo está presente nos documentos e monumentos das instituições, que quase sempre se identificam com a história oficial, normatizando referências que estão submissas ao Estado. A memória metálica é uma memória atual, presente na mídia, nas calculadoras e computadores. São redes de comunicação que se constroem em diversos lugares, mas que adicionam em grupos de informação.

Concebemos também que a eficácia simbólica ou “significante” da imagem como um enigma obsediante, e que os fatos do discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva, tenham podido aparecer como uma espécie de problemática reserva

Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do *visível ao nomeado*, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como recitação de um mito. Na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, como ela funciona enquanto diagrama esquema ou trajeto enumerativo. (PÊCHEUX, in Papel da Memória, 2007, p.51)

Tendo a História uma finalidade social, cabe a nós pesquisadores da área nos envolver e interpretarmos os vários momentos e espaços sociais, deixando falar as pessoas comuns, preenchendo lacunas, retirando os silêncios que por vezes invadem a história das sociedades. Imbuídos desse papel é que nos dispusemos a resgatar memórias, experiências vividas, iluminando, através do diálogo com as fontes documentais, os vazios existentes na História. De forma geral, uma vez que as práticas vivenciadas podem e devem ser utilizadas como matéria-prima, a História ganha outras dimensões

Se para nós a memória tem uma função social, comungamos com Bosi (1987, p.39), quando afirma que:

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e dobram-se sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora e esta faculdade de lembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e pô-las às imagens de agora. Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição

4 -MEMÓRIA NAS CONSTRUÇÕES DE MARIA DA FÉ

Como define Choay (2006), patrimônio “é um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, que se ampliou em dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum” (p.11). O patrimônio histórico, para o autor, possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para determinado grupo social. Estes patrimônios foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas, por isso representam uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural.

Vimos no capítulo anterior que segundo Chouay (2006), o termo “patrimônio” sofreu alterações durante o século XX, se identificando com a “memória preservada”. Portanto, patrimônio é o conjunto dos elementos históricos, arquitetônicos, ambientais, paleontológicos, arqueológicos, ecológicos e científicos para os quais se reconhecem valores que identificam e perpetuam a memória e os referenciais do modo de vida e identidade social.

Em cada momento histórico, em função das condições de interpretação, os elementos da história serão ou devem ser re-significados, compreendidos novamente.

Na busca de sua identidade, o homem procura no patrimônio material, no qual se insere os bens identificados e os objetos que tiveram significado na formação de sua identidade cultural. Em um segundo momento, busca nos lugares que fazem parte de sua formação cultural como nas festas, nas celebrações, os saberes que fazem parte de sua identidade cultural. O resgate dessa história é fundamental sob o aspecto cultural e sua função social. Patrimônio e preservação estão integrados aos modos de vida de uma sociedade (BOSI, 1987) .

Patrimônio é, na origem, “recurso” prático e simbólico com que se constroem novas utilidades e novos sentidos simbólicos. É também o “legado” que se transmite de uma geração a outra. Preservar é manter os testemunhos das manifestações culturais e ambientais que possibilitam a uma sociedade reconhecer a sua identidade, valorizando-a e estabelecendo referências para a construção do seu futuro (BOSI, 1987).

Há uma preocupação mundial em preservar os patrimônios históricos da humanidade através de leis de proteção e restaurações que possibilitam a manutenção das características originais. Mundialmente, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é o órgão responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, o conceito de “patrimônio histórico e artístico” ganhou novo enfoque, uma vez que passou a adotar a expressão “patrimônio cultural”

para designar não só o conjunto de monumentos e edifícios antigos, mas os bens culturais de uma sociedade. De acordo com o artigo 216, seção II – DA CULTURA, considera-se como patrimônio cultural:

as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (in BITTENCOURT, 2002, p.134)

Os bens imóveis tombados pelo SPHAN e seus similares nos Estados e municípios preservaram apenas bens referentes a setores dominantes da sociedade. Mesmo em cidades históricas “Preservaram-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços” (BOSI, in: BITTENCOURT, 2002, p.131). com essa atitude ,produz-se o sentido de uma memória única, um passado homogêneo e uma História sem conflitos e contradições sociais.

A partir da década de 1960, com a aceleração do processo de industrialização no país e o desenvolvimento urbano, as cidades tombadas começaram a alterar sua configuração espacial. O crescimento desordenado escapava, cada vez mais, dos critérios até então utilizados pelo SPHAN, tornando-se necessário se preocupar com a preservação dos bens culturais e patrimoniais. As referências e objetos culturais locais foram gradativamente valorizados e revestidos de importância no sentido de garantir às pessoas a referência do seu lugar. Como resultado, observa-se uma evolução contínua no conceito do que é patrimônio cultural. A própria Constituição Federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) adotam uma ótica mais abrangente, reconhecendo o patrimônio cultural como a memória e o modo de vida da sociedade brasileira. Maria da Fé, tal como outras cidades brasileiras, apesar do agravamento dos problemas sociais, decorrentes das crescentes desigualdades sociais, passou a cuidar do seu patrimônio cultural através da conscientização da população com palestras sobre preservação do patrimônio, também com a adoção de uma lei preservação através de tombamento. O tombamento, ao contrário que muita gente pensa, ele valoriza o patrimônio. *Em qualquer cultura, as lembranças, a memória das experiências passadas, fotografias desbotadas, histórias da família, marcos de vidas individuais com casarões tradicionais, são de grande valor para o processo de preservação através de tombamento. Nos lembra Montenegro 1994.*

Ao trabalhar a memória patrimonial em Maria da Fé enquanto discurso, é importante também discutir certas noções de saber patrimonial. Podemos compreendê-lo como um conjunto de enunciados que funciona em nome da constituição de qualquer espécie de patrimônio, seja ele natural, cultural, econômico, jurídico. Para Foucault (1995), um saber é um “conjunto de

elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva”. Este conjunto é indispensável à constituição de qualquer ciência. O saber patrimonial se constituiu não só por diferentes disciplinas científicas, mas também pelas artes, pela literatura, filosofia, religião e uma variedade de conhecimentos que abarcam variados campos epistemológicos.

Foucault destaca mais diretamente:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico: um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (FOUCAULT, 1995, p.206-7)

Para melhor entendimento do que é “saber patrimonial” consideram-se os conteúdos da definição de Foucault exemplificando sua aplicação nessa pesquisa sobre patrimônio cultural. De acordo com a citação acima temos:

a) domínio dos objetos - são especificados como bens e valores concretos que adquirem os status de patrimônio cultural através de sua utilização e história.

b) o domínio do sujeito: através da população que identifica seus patrimônios e encaminha aos diferentes especialistas que têm a legitimidade de apresentar pareceres e pedidos de tombamentos;

c) o domínio dos conceitos e das categorias: estes aparecem ligados ao termo patrimônio como o histórico, o artístico e o cultural.

d) o domínio das possibilidades de usos: Ações de preservação, conservação, e promoção dos bens culturais tombados ou que são objetos de alguma ação de preservação.

São essas formas de discursos coletivos e referências de memória dos diversos grupos sociais presentes nas várias edificações da cidade e zona rural, que representam o patrimônio histórico de Maria da Fé, e serão analisadas a seguir, evidenciando nesse estudo, alguns conceitos dos autores abordados.

Análise de algumas arquiteturas de Maria da Fé

4.1 Casarão da família Arlindo Zaroni

4.1.1 Localização à Rua Arlindo Zaroni, nº 31 (rua principal).

4.1.2 Características principais: Construído por Arlindo Zaroni em 1914 para residência de sua família, esta casa recebeu as visitas de muitas autoridades da capital mineira e também das cidades vizinhas quando seu proprietário era vivo. Permanece tal como foi construída sem sofrer modificações.

Este casarão é um patrimônio ligado à memória histórica da cidade. Não só pela memória temporal, mas também pela mistura de valores e referências do passado como memória histórica e política. Seu proprietário era detentor de grande poder político, intelectual e financeiro. Esse poder pode ser observado na estrutura do patrimônio, na localização (centro da cidade), no estilo eclético, sendo destaque na rua principal. Este patrimônio, de grande valor histórico para a cidade, não é tombado.

Interessante saber que as crianças quando passam por este casarão, sempre comentam “aqui morou Sr. Arlindo Zaroni! Estão vendo aquela bacia de prata pregada lá no alto da casa? Era nela que os filhos do Sr. Arlindo Zaroni tomavam banho quando crianças!” – memória local que continua produzindo sentidos. Há também o nome do proprietário estampado abaixo do pináculo frontal, o que nos indica como o poder imprime sua marca na própria arquitetura da cidade. Há toda uma história e uma memória neste patrimônio, faz-se necessário que haja um processo de tombamento, evitando que esse prédio seja descaracterizado ou, futuramente, demolido para surgir novas edificações.

Segundo Giovannoni (in: CHOUAY, 2006, p. 200) “uma cidade histórica constitui em si mesma um monumento, e em uma de suas doutrinas, um monumento histórico não pode designar um edifício isolado, separado do contexto no qual se insere”. A identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações são objetivos que fazem parte de um processo de preservação.

Quanto à arquitetura do patrimônio em estudo, podemos, em um discurso técnico, classificá-la como eclética, isto é, composta de vários estilos, de acordo com o texto extraído do processo de tombamento do Banco de Itajubá:

as primeiras edificações de Minas, no final do século XIX e início do seguinte, eram, em geral, de platibanda e cimbalha, modeladas pelo que havia de mais moderno nas mais novas cidades das Américas. Se inspirava no passado, mais ou menos remoto, com fachadas de platibanda, com coluna ou pilastras com suas bases e capitéis (...) O ecletismo atinge sua maturidade quando passa a envolver mudanças radicais no sistema construtivo, implicando em técnicas mais elaboradas que aquelas utilizadas na arquitetura colonial, utilizando alvenaria de tijolo e ferro. (...) Dá-se então um recuo de uma fachada lateral, a introdução do porão, surge também a varanda lateral, que serve como elemento de entrada à edificação, com adornos de madeira industrializada e ferragens, ladeada por pequeno jardim.”

Arlindo Zaroni em 1903, estabeleceu-se em Maria da Fé como negociante, tornou-se um grande empresário, associou-se à franceses, instalou a Cerâmica Zaroni, uma fábrica de cigarros, exportou batata e fumo, criou outras empresas como uma fábrica de chapéus no Rio de Janeiro. Foi vereador da primeira Câmara Municipal. Dirigiu Maria da Fé, antes de se tornar cidade. Como dirigente conseguiu para essa localidade diversos melhoramentos: autonomia do município, instalação de luz elétrica, serviços postais e telégrafos, abastecimento de água

encanada, criação de um campo de sementes, criação do grupo escolar na cidade e várias escolas na zona rural, abertura de estradas de rodagem ligando Maria da Fé aos municípios de Cristina, Pedralva e Itajubá. Faleceu em 1936.

. Ao lado do discurso técnico sobre a arquitetura, que é necessário para o processo de tombamento, existe também essa memória local e como ela continua produzindo sentidos.



Fig. 1 – Casa do Sr. Arlindo Zaroni (1909) – Fonte: acervo da família Zaroni

4.2 Casarão da antiga sede do Banco de Itajubá

4.2.1 Localização: Rua Coronel Silvestre Ferraz, 25 (também chamada de “rua de baixo”).

4.2.2 Características: Construído para sede do Banco de Itajubá (depois Banco da Lavoura, Banco Real), serviu de residência de seu gerente Zeca Barbosa, pai de Dom Marcos Barbosa, que veio de Cristina (MG) para Maria da Fé ainda menino e residiu com sua família nesta casa até ir para o Rio de Janeiro estudar advocacia. Após sua formatura, entrou para o mosteiro de

São Bento, onde ficou até sua morte. Dom Marcos foi escritor, poeta e tradutor do livro *O Pequeno Príncipe*. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Há nesta história uma importância atribuída a este casarão, fato que é sempre contado nas escolas, nas aulas de história local. Esta residência serviu mais tarde como escola particular, o Colégio Santa Terezinha.

Segundo alguns registros citados no processo de tombamento, o casarão da Rua Coronel Silvestre Ferraz nº 25 fora construído especialmente para abrigar a sede do Banco. A data de edificação não pode ser apontada com exatidão, entretanto, muitos afirmam que a construção é dos primeiros anos da década de 30. No que toca à localização do antigo casario, o mesmo se situa na área central da cidade, bem próximo à estação ferroviária.

As apropriações em torno do espaço do casarão apresentam-se da seguinte forma: o primeiro pavimento destinava-se às atividades bancárias - empréstimos, investimentos, poupanças, notas promissórias dentre outros exemplos. O segundo andar abrigava a residência do gerente do banco. Em suma, o casarão aglutinava a atmosfera familiar e as dinâmicas pertencentes às atividades financeiras. Por fim, o casarão, em estilo eclético, abrigou instalações de um cartório de notas e ofícios antes de se tornar propriedade de diversas famílias.

O estado de má conservação começou a aparecer por volta de 1976 e nenhuma reforma foi empreendida. O casarão chegou a ser alvo de tentativas de demolição, mas a grande mobilização comunitária interveio para que tais intentos não fossem realizados.

Atualmente este patrimônio pertence ao casal Freitas Patrocínio que, logo após adquirir o imóvel, pediu o tombamento e deu início ao processo de restauro do mesmo. Este casal percebeu a importância dos traços que identificam a cidade de Maria da Fé, cuja valorização depende das ações de preservação, conservação dos bens públicos ou particulares. Com a preservação deste imóvel, por meio de tombamento, ele faz parte de múltiplas possibilidades da memória mariense. Além disso, os proprietários mobiliaram parte da edificação com objetos da década de trinta (época que supostamente foi construído), possibilitando a visita pública, onde oferecem também um café colonial. Percebe-se por este exemplo, que a valorização de um patrimônio é uma expressão que pode ser analisada como: patrimônio com valor de reconhecimento, pela história que é contada às gerações mais novas; valor de interesse econômico e valor para visita turística.

A própria palavra preservação, na discursividade “minha casa é preservada” traz à memória um bem de valor inestimável; memória de cultura do proprietário, status e um saber histórico que vem da valorização de um patrimônio.



Fig. 2 – Antiga sede do Banco da Lavoura de Itajubá – Fonte: Processo de Tombamento (2002)

4.3 Estação ferroviária - atual Centro Cultural

4.3.1 Localização: à praça central, em frente à Prefeitura.

4.3.2 Características: A construção do prédio da estação teve início em 1890 e ele foi inaugurado em 1891¹. O salão principal funcionava como depósito dos produtos que não existiam nestas paragens, como o sal, o arroz e o açúcar, justificando o excesso de umidade do prédio devido ao acúmulo de sal, além disso, o local onde foi fixada a base era uma área de pântano. A Estação ficou pronta em 27 de junho de 1891, “trazendo em seu nome a qualificação da emblemática Dona Maria da Fé” (Dossiê Maria Fumaça, p.7).

Praticamente, em torno deste patrimônio nasceu a cidade de Maria da Fé. A estação ferroviária ligava o transporte de trens entre Itajubá, Maria da Fé, Cristina e São Lourenço. Era uma espécie de lazer e diversão entre os jovens da época que, aos domingos, iam para a plataforma do trem noturno para ver, namorar os passageiros que iam para Itajubá. Dentro dos

¹ Segundo o jornal “O Mariense” (abril/54), n.30, a agência ficou instalada num vagão de carga até a construção do prédio propriamente dito.

trens os passageiros denominados “viajantes” quase sempre vestiam guarda-pós apropriados para viagem.

Hoje, depois de desativada como ponto de embarque, a antiga estação tornou-se pelo decreto Lei nº 1131/99, em 31/05/99, Patrimônio Histórico e Artístico Municipal. Ao lado desse patrimônio encontra-se a locomotiva Baldwin, da qual falarei mais adiante. Tanto a estação, como a locomotiva representam a memória de um tempo onde a prosperidade do café, da batata e de outros produtos faziam parte da economia mariense.

Transformada em Centro Cultural, a estação abriga atualmente exposição de fotos da antiga via férrea e sua localização pela cidade, além da linha de tempo histórica, destacando os principais prefeitos marienses. Como plano de fundo das fotos aparecem antigas edificações, que provocam o interesse dos visitantes sobre seu destino, suscitando histórias contadas em diversos livros, revistas e jornais. O edifício também abriga objetos de artesanato mais tradicional (panos de prato, artigos em crochê, tricô, etc) e uma ala mais atual com peças de artistas de material reciclado (fibra de bananeira, papelão, cipó, etc). Neste contexto, lembramos das palavras de Chouay (2006): Os patrimônios públicos sem uso podem ser integrados e utilizados com outras funções. “A reutilização consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal” (p. 219).

Cabe ressaltar que o patrimônio da antiga rede ferroviária desempenhou e desempenha um papel importante na história do município. Podem-se efetuar várias leituras deste prédio como prédio da rede ferroviária, depois como Biblioteca Municipal, um modo de se afirmar um tipo de cultura ali existente e, atualmente, como Centro Cultural. Cumpre lembrar que o uso deste espaço era restrito, como biblioteca, pois a maioria da população não usufruía do lugar.

Observamos, também, que a transformação de um espaço de propriedade privada (Rede Ferroviária Federal) em um espaço de uso público (biblioteca e depois Centro Cultural) nos revela que o patrimônio manteve suas funções públicas e, ainda, por parte do poder público o ato de tombamento com a finalidade de preservar a memória local. Vale lembrar que há neste patrimônio três discursividades de poderes diferentes: poder privado da rede ferroviária, poder do governo federal, e atualmente, poder local que silencia todos os outros poderes.

Um objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que tenha tido na origem, uma destinação memorial.(...) O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. (...) “O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração, Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber integrado numa concepção linear do tempo ou então ele pode, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso ‘desejo de arte’ (KUNSTWOLLEN, in: CHOUAY, 2006, p.26)

Estes aspectos estabelecem um elo entre o passado e o presente. Desde seu primeiro surgimento, ele, o prédio, produz um efeito de movimento e representa uma parte de nossa

história. “Interpretar esses patrimônios significa entender o passado e seus laços com o presente, revelando um jogo de disputa por Poder simbólico” (-Ortiz, Renato Pierre Bordieu, 1983, Coleção Grandes Cientistas Sociais, p.53 Ática).



Fig. 3 – Antiga Estação Ferroviária (atual Centro Cultural) – 2004 (Acervo pessoal)

4.4 Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes

4.4.1. Localização: Situada à praça Nossa Senhora de Lourdes, ligada à rua Arlindo Zaroni que faz lado com as ruas Cônego João Aristides e Padre Lauro de Castro.

4.4.2 Características: Construção do século XX, a Igreja Nossa senhora de Lourdes é de estilo eclético, destacando-se o gótico-romano. A primeira capela foi construída em 1884, em terreno doado pelo Capitão João Ribeiro de Paiva e Luz e sua senhora. Já era padroeira Nossa Senhora de Lourdes. A nova capela era filial da paróquia de Cristina-MG.

Em outubro de 1922 incendiou-se a pequena capela, incêndio provocado por uma vela acesa esquecida durante a noite na sacristia, sendo consumidas pelas chamas todas as alfaias e todo arquivo da paróquia, inclusive o primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Maria da Fé, salvando-se do incêndio a primeira imagem de Nossa Senhora de Lourdes. Desta data, até a construção do novo templo, a cidade ficou sem igreja, as missas e outras cerimônias eram celebradas nas casas de família.

Instalou-se uma comissão, tendo como chefe o vigário da antiga paróquia para discutir a construção do novo templo Esta comissão decidiu que os trabalhos da construção seriam entregues ao empreiteiro José Pfaf , pela sua habitual competência. Também constou da referida reunião uma lista de moradores da paróquia que poderiam doar a importância de “70.000\$000” para que se desse início ao novo templo.

No ano de 1928 deu-se o início da construção sempre contando com os esforços do vigário Pe. Lauro de Castro e da comunidade. Depois de 2 anos as obras foram paralisadas por seis meses para troca do construtor. Houve outras paralisações por falta de verbas. Depois de pronta a construção, faltavam ainda os altares, a pavimentação, a pintura, o mobiliário. Graças ao Padre Lauro de Castro e de toda a comunidade foi-se conseguindo tudo que faltava. Em 1938, o comerciante José de Campos Sales ofertou o altar de mármore, dedicado a São José, em 1939 inauguraram-se os sinos da matriz que foram doados pelos senhores Cel. José Goulart Santiago e Elpídio Costa e suas esposas. O Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz doou o altar mor em mármore de Carrara.

O relógio foi encomendado na Alemanha e entregue depois de uma viagem de 30 dias de navio da Itália ao Brasil até o porto de Santos. Quem contratou Pedro Gentili para a decoração da matriz foi o arcebispo Dom Helvécio. A decoração foi iniciada em 1939 e concluída em 1940. Toda a decoração feita em gesso (porta do sacrário, púlpito, batistério, anjos, via-sacra) foi realizada por Marino Del Fávero, escultor italiano, em gesso, residente em São Paulo.” (Inventário de proteção do acervo Cultural 97/2000)

Este patrimônio sofreu, com o tempo, deteriorações em algumas das pinturas. Foram chamados profissionais de restauração do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) para esta recuperação. Durante a obra de recuperação em 1999, esses profissionais, especializados fizeram limpeza, fixação das pinturas, e restauração das partes deterioradas (restauração na pintura das asas do anjo no quadro da morte de São José, na toalha da mesa do encontro de dos profetas de Emaús). Os capitéis das colunas que eram dourados, por falta de conhecimento haviam sido pintados com tinta amarela, na restauração voltaram a sua cor primitiva ,ou seja, cor de ouro velho. É um patrimônio de inestimável valor para todos os marienses que se orgulham da beleza de suas pinturas e sentem-se atraídos pela religiosidade que inspiram.

O patrimônio da igreja Nossa senhora de Lourdes é um bem de valor cultural, pois, possui uma exposição de painéis (parietais) pintados por Pedro Gentili, e seu irmão, pintores vindos da Itália. Altares em mármore de Carrara e uma arquitetura exuberante, que é uma verdadeira obra de arte. Tornou-se um verdadeiro museu de arte sacra, por conter importantes objetos da história religiosa, transformando-se em local de orações e visitas. De valor patrimonial e museológico, é um bem tombado através do decreto 1.128/99 com respaldo no decreto Lei Federal de 30/11/1937, nº 25 e artigo 216 da Constituição Federal.

A análise dos bens patrimoniais de Maria da Fé, em especial a igreja matriz Nossa Senhora de Lourdes, visa, simultaneamente, preservar-documentar-comunicar os bens e valores patrimoniais, garantindo a salvaguarda e o desenvolvimento da sua integridade patrimonial.

Um bem cultural pode sofrer transformação na sua classificação de bem cultural para bem patrimonial, através de um processo de tombamento que o faz adquirir uma identidade patrimonial. Os bens patrimoniais constituem um conjunto de estruturas materiais de menor amplitude do que o conjunto dos bens e valores culturais (FOUCAULT, 1995)



Fig. 4 – Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes (2000) – Acervo pessoal

4.5 Escola Municipal Arlindo Zaroni

4.5.1 Localização: Rua Arlindo Zaroni , na Praça Getúlio Vargas, 60, no centro da cidade.

4.5.2 Características: A preocupação com a educação em Maria da Fé já existia desde os primórdios de 1891 quando foi instalada no Distrito de Maria da Fé, vila de Pedra Branca, a Escola Pública Primária Distrital. A educação oferecida era de ótima qualidade e assim permaneceu. Após um trabalho incansável do Sr. Arlindo Zaroni, a quem se deve a iniciativa da construção do prédio da escola, em 15 de março de 1929, por determinação do governo do Estado foi solenemente inaugurado o Grupo Escolar de Maria da Fé, marcando o início de uma época de brilhantismo e projeção Cultural de Maria da Fé. O grupo escolar foi por muitos anos a única escola de Maria da Fé, lançando a semente da cultura e alfabetização na cidade. Em 31

de maio de 1936 faleceu Sr. Arlindo Zaroni, a partir desta data, em sua homenagem o Grupo Escolar de Maria da Fé passou a se chamar Grupo Escolar Arlindo Zaroni.

Assim como as demais construções erguidas no começo do século XX, a arquitetura da Escola Arlindo Zaroni obedecia a novas estruturas, novos padrões, de acordo com o conjunto de estilos. Em sua fachada original havia nove vãos vedados por bandeiras e folhas com caixilhos de madeira e vidros. Atualmente, os três vãos da ala esquerda e direita, da parte frontal, foram vedados com tijolos e alvenaria espessa, mudando todo o seu estilo e seu aspecto externo, com a construção de mais duas salas de aula em alvenaria na parte detrás da escola, em estilo totalmente diferente da anterior. A parte construída foi cedida para a Escola estadual Nossa Senhora de Lourdes, situada ao lado, para comportar seus alunos.

Em 2000, foi feito o tombamento do prédio com a intenção de preservar e evitar maiores mudanças. Em razão das péssimas condições da parte antiga do prédio e, com a intenção de conseguir a restauração do patrimônio, o governo municipal da gestão 2004-2008 transferiu a escola para outro local, mantendo o nome “Arlindo Zaroni”. Hoje, no entanto, o prédio da primeira escola mariense encontra-se abandonado.



Fig. 5 Grupo Escolar Maria da Fé (1912) – Acervo pessoal



Fig 6 – Fachada da Escola Municipal Arlindo Zaroni (2000) – Acervo da escola

4.6 Locomotiva “Maria Fumaça”

4.6.1 Localização: localizada nos jardins do Centro Cultural de Maria da Fé.

4.6.2 Características: Dos patrimônios de Maria da Fé não poderia faltar à análise do bem patrimonial denominado “Maria Fumaça”. Apesar de não ser o mesmo veículo que percorreu a via férrea mariense, a locomotiva faz parte da memória da cidade, constituída historicamente, culturalmente e protegida legalmente pela Lei Municipal de Tombamentos de número 1081/98, com 10 artigos, todos referentes à preservação, dos quais transcrevo o artigo nº 1:

Ficam sob a proteção do Poder Público Municipal, os bens culturais existentes no município, de natureza material e imaterial, dotados de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, portadores de referência à idoneidade e à memória da sociedade mariense que justifiquem o interesse público em sua preservação. (Lei 1081/98)

A história contada nas páginas do dossiê de tombamento da locomotiva de número 225, em abril de 2005, faz parte da história da autora desta tese, que como Secretária de Cultura e Turismo no período de 97/2000, quis trazer à memória da cidade, fatos que fazem parte da sua história e memória do município.

Como diz Orlandi (2007, p.74), *a autoria é uma função do sujeito. A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções.* E para responder o que é a função-autor discursiva, tal como concebemos, a autora Orlandi, recorre a Foucault: (1971). segundo ele, *o autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações.* Em meu trabalho, sinto-me nesta função-autor. “Não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere

interpretação, que não peça que se lhe encontrem causas e conseqüências. É isto que contribui para nós a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.” (Henry, 1985, p. 29)

Como diz Henry, no trecho citado, ao contar a história da locomotiva, falo de um discurso ligado à história de Maria da Fé, que, para nós, marienses, faz efeito de sentidos, nos faz interpretar e encontrar causas e conseqüências nos fatos vividos como também na participação desta autora, que através de seus esforços e apoio do prefeito, em exercício na época, trouxeram à Maria da Fé, um elemento que fez parte da história local.

Desde criança, eu via a locomotiva e seus vagões passarem por esta cidade como uma coisa mágica! Depois, com a paralisação da Estrada de Ferro, restaram apenas os trilhos, que mais tarde desapareceram, restando apenas o prédio da estação ferroviária, que hoje é um patrimônio tombado. Essa reflexão estabelece o sentido apreendido entre locomotiva, espaço, tempo e história. Um interferindo no outro: um tempo de mais de cem anos, entre a criação do espaço Maria da Fé, marcado pela chegada da rede ferroviária, um processo identitário que deu início à história do desenvolvimento do município. A estrada de ferro funcionou de 1890 a 1979.

Por volta de 1850, segundo informações do jornalista e historiador Guimarães (2001), as terras pertencentes a Maria da Fé sofreram sucessivas partilhas e a região era um ponto de tropeiros, donde se explica o povoamento na localidade. Em 15 de junho de 1886, a Lei Mineira nº 3.384 autorizou a construção de uma estrada de ferro para escoamento da safra de café, com grande produtividade no Sul de Minas. Partindo do Rio de Janeiro, a ferrovia *Minas and Rio Railway*, terminaria em Poços de Caldas-MG, passando pelas cidades mineiras de Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, com entroncamento no município de Cruzeiro, estado de São Paulo (Rio-São Paulo).

Nas pesquisas de Guimarães (2001), o trajeto original entre Poços de Caldas e Soledade de Minas deveria passar por Pedralva rumo a São Lourenço, porém, como Itajubá já era uma cidade em franca expansão, houve uma pressão política para que o trajeto fosse refeito, incluindo o município itajubense. A alteração aconteceu e o trajeto foi alterado para: Pouso Alegre - Santa Rita do Sapucaí – Itajubá – Cristina – São Lourenço e Soledade de Minas.

Ainda de acordo com o jornalista, a geografia local também contribuiu para mudanças no futuro do nosso município. A localização geográfica de Maria da Fé, cidade caracterizada por elevada altitude (1258 metros – no ponto onde a estação está construída) e a subida íngreme entre Itajubá e a Vila de Maria da Fé provocava forte desgaste da locomotiva, movida à combustão por fornalha à lenha. A parada no alto da serra tornou-se inevitável, pois a locomotiva precisava de um tempo para resfriamento, caso contrário havia até o risco de uma explosão. Para o resfriamento foi necessária a construção de uma caixa d'água (localizada atualmente na Praça

José Cláudio Valério), a fim de jogar água sobre a Caldeira. O abastecimento e resfriamento demoravam em média uma hora e os passageiros acabavam descendo do trem. Esta ação motivou que os habitantes de sítios próximos trouxessem alimentos, como pães, bolos e frutas, para vender aos passageiros. Surgiu então um comércio espontâneo, que proporcionou o desenvolvimento da cidade.

Como a crise capitalista de 1929, provocada pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova York atingiu o mundo todo e, particularmente países agrícolas e produtores de matérias primas como o Brasil, foi inevitável a queda da oligarquia cafeeira, que culminou com a revolução de 1930 e o declínio da hegemonia de Minas e de São Paulo (COSTA, 1995).

As ferrovias tentaram reduzir os custos, para saldar empréstimos externos, sobretudo com a Inglaterra, fazendo com que seus equipamentos e linhas ficassem cada vez mais obsoletos e, conseqüentemente, provocando a fuga das cargas e passageiros das linhas. Com o agravamento da situação a partir de 1930, o estado de Minas Gerais arrendou as ferrovias mineiras, que até esta data eram controladas pelo governo federal. Em 1931, a Rede Mineira de Viação (R.M.V.) assumiu o controle da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que incluía a ferrovia Minas-Rio, a Estrada de Ferro Sapucaí, E.F. Muzambinho e Rede Sul Mineira. Logo, o apelido da empresa controladora das ferrovias era **Ruim Mas Vai** (COSTA, 1995).

A situação se agravou a partir dos anos de 60, com o enfrentamento de várias crises econômicas pelo Brasil (inflação, moratória internacional, racionamento do petróleo, aumento dos combustíveis, etc). Como conseqüência, diminuíram os investimentos em ferrovias, dificultados pela importação de peças sobressalentes e ausência do apoio técnico, aumentando a crise das estradas de ferro. Por sua vez, os automóveis invadiram os espaços para circulação de mercadorias, criando grandes diferenças políticas, econômicas e sociais relacionadas às condições de transporte e acessibilidade entre aqueles que tinham e os que não tinham acesso ao transporte particular. A febre pelo carro próprio era um sonho a ser concretizado nas cidades (SCHOPPA, 2004).

A industrialização dos grandes centros, notadamente São Paulo, o avanço tecnológico, que exigia mão-de-obra especializada e a ausência de políticas eficazes contribuíram para o êxodo rural e a decadência da agricultura de pequena extensão. Segundo SCHOPPA (2004), a década de oitenta foi palco da crise fiscal do Estado, que, junto com a globalização da economia, levou o país, na segunda metade dos anos noventa, às privatizações dos setores elétrico e ferroviário brasileiro, substituindo o Estado na tarefa de investir na infra-estrutura do país. A economia extensiva e voltada para a exportação predominou em novas regiões, como no Mato Grosso e Goiás. Maria da Fé, como outras cidades voltadas para a agricultura, sucumbiu aos efeitos da inflação e à falta de investimentos no setor.

Em 7 de dezembro de 1999, o Governo Federal dissolve, liquida e extingue a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA. Algumas ferrovias ficaram sem acesso a portos ou a zonas de captação de cargas. Os resultados foram anos de prejuízos constantes para os arrendatários privados, com poucos investimentos, concentrados nas malhas que não podiam casar carga em uma ponta, com acesso a portos na outra. Por essa época, a Estrada de Ferro Sapucaí, que passava por Maria da Fé, já estava completamente desativada havia muitos anos (ela foi paralisada em 1979 e extinta, definitivamente, em 1989).

Esta discursividade nos mostra como a presença da locomotiva na praça, junto a estação Ferroviária, é importante. Não só como história, mas também como memória, “pois a locomotiva sempre apareceu aos olhos do mariense como algo maior e sempre foi motivo de orgulho, vaidade e segurança” (Livro de Tombamento, p. 16)

Por este e outros motivos, em 1997 o prefeito desse mandato e a secretária de Cultura e turismo trabalharam na aquisição da locomotiva A secretária de turismo não mediu esforços se deslocando para a cidade de Três Corações(MG), onde estava a velha locomotiva, depois indo para o Rio de Janeiro(RJ), na sede da rede Ferroviária com a finalidade de assinar o convênio de cessão da locomotiva.

O que é importante para Maria da Fé, não é a conservação da máquina que atendeu a cidade, mas sim abastar com todo o simbolismo que a atual locomotiva representa para a cidade. Remetendo a um passado remoto e entrecruzando-o com a atualidade (...) Reforçando na memória e nos corações dos moradores da cidade, sentimentos de identidade e reavivando os vínculos históricos e culturais com Maria da Fé, através daquilo que está entre os bens que mais lhe imprime significado e força: A Maria Fumaça” (Livro de Tombamento, p. 20).



Fig.7 – Locomotiva Baldwin (2002) – Acervo pessoal

4.7 Análise das entrevistas

Entrevistando velhos conhecidos e pessoas que moram em Maria da Fé desde que nasceram, sobre sua história de vida, procurei observar e registrar as marcas das diversas histórias e entendê-las como uma memória do povo mariense. À medida que estas marcas surgiam, fui construindo o quadro histórico e os sentidos que faziam individual e coletivamente. Foi a partir desses depoimentos que pude compreender, um pouco, quais histórias a população tem, de forma consciente, preservadas em sua memória.

Por outro lado, é nesse sentido que se descortinam as diversas histórias, apesar do esforço constante de alguns grupos em apresentarem sua versão como verdadeira e única. O caminho aqui proposto foi construído com o objetivo de resgatar os registros das memórias e a forma como estas atuam na determinação da compreensão do passado, do presente e do futuro.

Um outro aspecto a destacar nestes registros é a relação memória e história, enfocada como forma de aprimorar a pesquisa histórica, no sentido de que alguns fatos são mais importantes que outros, mas essa importância depende inteiramente dos critérios escolhidos por cada historiador e não contém verdades absolutas. Desta maneira, há uma ampliação e enriquecimento do campo de ação da produção historiográfica, adquirindo uma compreensão melhor dos valores, preconceitos e tradições dos atores humanos. A respeito da história oral diz Thompson (1992, p.26):

A história oral, (...) torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato dito como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo.

Foi através desses depoimentos que estabeleci o paralelo entre os diversos discursos dos entrevistados com relação à memória e sua relação com as edificações tomadas aqui como análise entre os principais bens patrimoniais de Maria da Fé. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram definidas cinco comunidades rurais nos bairros da Mata do Izidoro, Reserva, Lagoa, Goiabal e Posses. Em cada comunidade foram realizadas entrevistas com três de seus moradores, na faixa etária de 40 a 60 anos, de ambos os sexos, escolhidos aleatoriamente.

Nessas entrevistas procurei desenvolver uma conversação informal a respeito da história do bairro e do modo de vida do morador, buscando uma amostragem favorável ao levantamento de dados sobre as mudanças provocadas na vida das pessoas nas últimas décadas (declínio da produção e comércio da batata), principalmente a partir da implantação do turismo rural no bairro (de 1996 em diante).

Também foram entrevistados em outros bairros mais urbanos, proprietários de pousadas que participaram diretamente do Projeto de Turismo Rural e que continuam recebendo turistas em suas propriedades. A intenção foi verificar qual a relação dos visitantes com a preservação do patrimônio natural.

Para completar a amostragem foram entrevistados dois idealizadores da Cooperativa “Gente de Fibra”, onde se desenvolve o turismo sustentável, quando os visitantes adquirem produtos de artesanato, confeccionados à base de fibra de bananeira e papelão reciclado, com o intuito de conhecer as características desses empreendedores nesta nova fase de projeção econômica de Maria da Fé.

Procurou-se também apreender os sentidos das falas para revelar e identificar os signos e os sentidos do mariense em relação ao patrimônio histórico, cultural e natural, entendendo-o como objeto simbólico e analisando-o pelas discursividades presentes. A técnica utilizada foi a entrevista qualitativa, que foi gravada e transcrita, tornando-se texto.

Para trabalhar os resultados da pesquisa considerei as respostas dos entrevistados em dois grupos: um grupo que viveu à época de uma Maria da Fé essencialmente agrícola, ou seja, quando os produtores e comerciantes de batata negociavam ativamente seus produtos, possuíam muitas propriedades no campo e gozavam de grande prestígio social e político no município. Outro grupo, mais jovem, que tem acompanhado a transformação da cidade em roteiro turístico, com a criação de mecanismos para motivar os moradores a atrair o turista para as propostas do turismo rural: espaço acolhedor das montanhas, o inverno mais rigoroso, a vivência da culinária típica e dos costumes da região e, mais recentemente, o turismo sustentável.

Os componentes do primeiro grupo são em sua maioria, antigos moradores da zona rural do município, proprietários de terra, que, com a decadência do comércio de batatas, tiveram que transformar suas propriedades em pousadas ou venderam-nas e se deslocaram para a cidade em busca de novas fontes de renda e estudo para os filhos. Este grupo reverenciou através de suas falas o passado, a estrutura agrícola e todo o prestígio social e que permitiu uma vida confortável para a família.

O discurso saudosista foi o mais utilizado para descrever os benefícios que a terra (o patrimônio natural comum a todos) proporcionou, mas que agora não servia mais aos interesses do grupo, pois ela (a terra) necessita agora de muitos investimentos (adubo, máquinas, produtos de melhor qualidade para vencer a concorrência de outros mercados). Este grupo também vê com saudades o tempo do transporte de mercadorias pela via férrea, os encontros na estação do trem, os passeios a cavalo ou de charrete à cidade, as festividades religiosas (batizados, Romaria à Aparecida do Norte) e aquelas em comemoração ao final da colheita, enfim, uma série de acontecimentos registrados e guardados na memória.

Percebe-se que este grupo também reverencia as figuras ilustres ligadas à história oficial de Maria da Fé e dá mais valor aos monumentos e documentos do patrimônio histórico e religioso que lembram esse passado, como a matriz de Nossa Senhora de Lourdes. A preservação destes patrimônios, na opinião das pessoas entrevistadas, é muito importante para rememorar os feitos dos seus antepassados, familiares que detinham cargos políticos, possuíam prestígio social e foram fundadores de escolas e de outras edificações que devem ser preservadas pelos benefícios que trouxeram à comunidade.

O outro grupo é formado basicamente pelos proprietários de pousadas, sítios e estâncias que foram à frente com o Turismo Rural, e que adaptaram as instalações às exigências do público consumidor, criando meios para atraí-lo tanto no inverno como no verão. Alternativas como restaurantes, piscinas, cachoeiras, passeios a cavalo, ampliando as possibilidades dos turistas que queriam se divertir aos finais de semana. Mais recentemente, foram agregadas também visitas às plantações de oliveira e produção de azeitonas como atrativos turísticos.

A criação da cooperativa “Gente de Fibra” e o sucesso internacional dos produtos artesanais permitiram que surgisse um terceiro grupo, derivado do anterior, mas dedicado exclusivamente à produção artesanal, constituindo-se uma nova estrutura de identidade com Maria da Fé, um novo discurso em relação à preservação para fins mercadológicos. A “marca” dos artefatos e a inspiração do design das peças foram sendo identificadas com desenhos e imagens da Matriz Nossa Senhora de Lourdes.

Em todas estas situações houve uma transformação no discurso do sujeito morador dessas paragens, principalmente em relação ao patrimônio natural e cultural. Com o desgaste da terra e a decadência econômica do município, foi preciso buscar novos sentidos, tanto para continuidade da produção agrícola como para atrair o turista. O sentido do discurso mudou em razão da necessidade de se criar uma nova estrutura, para que os visitantes se encantassem tanto com a natureza/terra (patrimônio natural) quanto pela cidade e o que ela oferecia (patrimônio cultural).

Novos empreendimentos foram surgindo na cidade (hotéis, restaurantes, agência de turismo, lojas de artesanato,) gerando um número apreciável de empregos e a valorização da cultura local. Isso é notado na fala de um dos entrevistados: “Essa terra e sua gente passaram a ter fé na atividade turística” (Elenice Braga, artesã, 2010).

No atual momento, segundo pesquisas, as novas tendências sociais e econômicas definem um turista consumidor, exigente quanto à qualidade do produto oferecido, o que acarreta investimentos cada vez maiores nos patrimônios, os quais (patrimônios) se identificam com a memória dos seus habitantes, como exemplo, a locomotiva Baldwin exposta no Centro Cultural de Maria da Fé, as pousadas e sítios da região, incentivar os “causos” e histórias contadas em volta das lareiras, os costumes e tradições do povo e, principalmente, a política de preservação,

porque diante do contexto histórico, vale a pena investir no desenvolvimento sustentável de Maria da Fé.

Observação: Trechos da primeira entrevista realizada em 1999 (Revista Realidade-1999)

Encontram-se no anexo 4

Transcrição de trechos das entrevistas realizadas em (2009) gravadas em DVD

Observação: Várias entrevistas encontram-se gravadas no DVD que acompanha esta tese. Todos os entrevistados permitiram a reprodução das mesmas inclusive usando seus nomes.

E.B. (Artesã do Gente de Fibra) “ Na roça eu encantava o turista com a natureza e, aqui, a natureza veio trazer o produto dela para eu continuar encantando o turista, porque a bananeira, o papel, ele também é da natureza. Então a terra não deixa de estar aqui presente, tem uma continuidade. Imagina um filho desta terra, lá em Santa Catarina, chegar em uma loja e encontrar um trabalho feito na cidade natal dele!”

M.L. (Fazenda Velha) “ O turista vem, ele quer encontrar coisas boas e a preservação do patrimônio. A cidade ficou preservada e todo mundo aprendeu a valorizar o que a gente tem dentro da nossa cidade.”

D.T. (Artesão, criador do Gente de Fibra)” No artesanato de Maria da Fé a gente buscou uma identidade local, pois é claro e fundamental para as pessoas que querem adquirir um objeto em Maria da Fé, aquele objeto deve estar impregnado da nossa cultura, isso é importante para a gente. Todo artesanato tem que ter uma identidade.”

N.C.O. (Fazenda Epamig) “Maria da Fé está num momento de virada. Tornou-se referência não só nacional mas também internacional nesse ponto da oliveira, do azeite. Nem considero uma virada, mas hoje Maria da Fé é conhecida pelo frio, pela batata, mas também pelas oliveiras...”

B.V. (Sítio Arco-Iris) “ O turismo foi bom.Nem todas as pessoas que entraram tiveram incentivo para continuar. Então pararam. O artesanato cresceu. A parte do turismo, as autoridades tinham que investir mais, pensar no futuro da cidade, melhorar mais a cidade para o turista querer voltar.”

Observação: As entrevistas acima foram feitas no ano de 2009, dez anos depois da entrevista publicada na revista Realidade (15/11/1999) (Ver anexo 4)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar o patrimônio é o ato de manter os testemunhos materiais que possibilitam a uma sociedade reconhecer a sua identidade e terem acesso à sua história. As edificações são a expressão da dinâmica da cidade ao longo de sua história, elas são tão nossas que chegamos a sentir que elas são a “cara” dos seus donos. Preservar estes bens culturais é assegurar o acesso à memória coletiva e garantir a qualidade de vida da população constituindo-se um direito de cidadania.

O patrimônio, como o próprio nome diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecermos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história.

Como (Orlandi, 2007) pude observar que fatos semelhantes acontecem em todos lugares do mundo como: mudanças na estrutura do patrimônio; em seu aspecto externo, mudança de janelas por vitrais e acréscimos para atender a demanda. Com isso, o patrimônio perde suas diferenças, suas particularidades” (Orlandi, p.187).

Esta discursividade nos faz acreditar que toda cidade deva ter o processo de tombamento para evitar essas modificações desnecessárias que ocorrem nos patrimônios, que não são preservados ,não como um discurso de saudosismo ,mas de zelo pelo patrimônio cultural. No texto “O valor da reverência” Ruskin atribuiu à memória uma destinação e um valor novos do monumento histórico: “Nós podemos viver sem [arquitetura], adorar nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar”. (CHOUAY, 2006, p.139).

Para Ruskin (in: CHOUAY, 2006), a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser. Porém, mais que pela história ou por uma história, esse passado é em primeiro lugar e essencialmente definido pelas gerações humanas que nos precederam. “Se às vezes acontece a Ruskin interrogar os monumentos pela memória objetiva da história, ele prefere uma abordagem afetiva” (p.139).

Neste ponto, as idéias de Ruskin enriqueceram o conceito de monumento histórico e também podemos dizer que reforçam a idéia de preservação e tombamento. A cidade de Maria

da Fé tenta preservar a arquitetura de um conjunto urbano antigo, conservando vivo o laço com o passado.

È este o principal objetivo deste trabalho, o qual procura mostrar a importância do ato de preservar e o que se faz em Maria da Fé com relação à memória e preservação .

A cidade de Maria da Fé encontra-se hoje significada para os moradores pelo discurso turístico e pelo discurso da preservação de seus patrimônios. Também acredita-se que, a administração do patrimônio cultural pela comunidade, proporcionará um desenvolvimento mais sustentável, resultando na sua salvaguarda, na valorização, na recuperação da memória, na reconstituição da história do patrimônio,tendo como resultado a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. et al. (Org.) **O Papel da Memória**. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALMEIDA, M.G. Museu: espaço educativo, lugar de memória. **Revista Presença Pedagógica** n.23, set/out/1998, p.69-77.

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi. Entrevista. *Revista Teias*, Ano7, n.13, jan-dez, 2006, Rio de Janeiro(RJ) Disponível: www.unicamp.br/bibliotecadigital; Acesso em: 20/05/2010.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total: mito-ironia na era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BITTENCOURT, C. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. Col. Repensando o ensino. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Brasileira**. Congresso Nacional. 1988.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.A Queiroz/EDUSP, 1987.

CAMPOS, Mari-Léa Zaroni. **Centenário**. Paróquia de Maria da Fé. História e Memória Coletiva. V.1.27/10/2008.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3ed. São Paulo: Unesp, 2001.

COSTA, M.L.P. **Fontes para a História Social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado(1850-1900)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

_____. **Estrada de ferro Muzambinho (1887-1910) no contexto do desenvolvimento ferroviário no Sul de Minas**. Belo Horizonte: FUDAMAR, 1995.

CRUZ, Clarissa. “Maria Fumaça” chega às montanhas. **Jornal Horizonte Mariense** n.11, out/2000, p.12.

MARIANO, Diocese de Aparecida do Norte. Edição de 1950.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS-EPAMIG. 2009.

FELDMAN-BIANCO, Bela. História e poder local. In: ARANTES, Antônio Augusto (org). **Produzindo o Passado**. Secretaria de Estado da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1984. 125-147.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de L. F. Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GUIMARÃES, A. Maria da Fé e sua História. *Jornal “O Sul de Minas”*. Itajubá, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, J. Memória. In: **História e Memória**. 3ed. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p.46. In: OLIVEIRA, Adriely M. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2008.

_____. **Ensaio de Ego-História**. O desejo pela História. Lisboa: 1989. Disponível: www.cielo.com.br; acesso em 10/07/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA (IBGE). Enciclopédia dos Municípios Mineiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. V.26. p.44-49. Disponível: www.ibge.br/acesso em;17/05/2010.

MASSENA, Marcia. **Lugares de memória ou a prática de preservar**. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 3ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A.M. de. **Aqui tem História: lugares de memória**. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (PR), 2008.

O MARIENSE. Edições de 06/12/1953, 07/03/1954, abr/ago/out/1956 e 07/1957 – Acervo do Professor de geografia e advogado Dr.Osvaldo Renó Campos (2005)

ORLANDI,Eni Pulcinelli. (Org) **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**.5ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.

_____. **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos**. 7ed. São Paulo: Pontes, 2007.

ORTIZ,Renato.Pierre Bordieu. Coleção **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo,Ática,1999

PAYER, Maria Onice. **Retrospectiva e Estereotipia – Imagens urbanas sobre o Campo**. CIDADE e EDITORA, 1965

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso – Uma Critica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: Unicamp,1988.

PEREGRINO, C.T. **Patrimônio Cultural Urbano: de quem? Para o que?** Disponível: <http://www.naya.org.ar/congreso2002> Acesso em: 07/09/08.

SEBRAE/MG. **REVISTA PASSO A PASSO**. N.134, ago/set. 2007.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Processo de Tombamento de Bem Imóvel: Maria Fumaça**. Maria da Fé, 2003.(Dossiê de Tombamento).

SCHOPPA, R.F. **150 anos do Trem no Brasil**. São Paulo, 2004.

SILVA,T.D. **O Ambiente e o Turista: Uma abordagem discursiva**. Viagem à Natureza ~São Paulo , Papyrus

SIMÃO, M.C.R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado.** História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.26.

TRÓPIA, Maria de Fátima Magalhães. **Fatores Determinantes do Desenvolvimento do Turismo Rural no Município de Maria da Fé – Belo Horizonte- 2003**